

De acordo com o disposto no artigo 10º do Regulamento n.º5/2008 da CMVM transcreve-se a

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE NO 1.º TRIMESTRE DE 2012

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça D. João I, 28 Porto - 4000-295 Porto - Capital Social de 6.064.999.986 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de
Identificação fiscal 501 525 882

Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	31 mar.12	31 mar.11	Var. 12 / 11
Balanço			
Ativo total	92.029	95.177	-3,3%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	71.243	75.315	-5,4%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	67.328	66.605	1,1%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	54.525	51.195	6,5%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	48.830	44.867	8,8%
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽²⁾	140%	164%	
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽³⁾	138%	162%	
Resultados			
Resultado líquido	40,8	90,1	-54,8%
Margem financeira	317,5	401,6	-20,9%
Produto bancário	677,4	660,4	2,6%
Custos operacionais	369,4	338,9	9,0%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	170,3	166,6	2,2%
Outras imparidades e provisões	46,3	31,4	47,6%
Impostos sobre lucros			
Correntes	21,0	25,3	-17,0%
Diferidos	11,2	(10,5)	-
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio ⁽²⁾	2,9%	2,7%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) ⁽⁴⁾	0,3%	0,5%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽²⁾	0,4%	0,5%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	4,5%	11,5%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽²⁾	8,7%	13,6%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽²⁾	6,8%	5,0%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	1,9%	1,6%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	10,9%	7,7%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	6,2%	4,3%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	100,3%	103,8%	
Rácios de eficiência ^{(2) (5)}			
Custos operacionais / Produto bancário	54,5%	56,1%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	51,4%	52,1%	
Custos com pessoal / Produto bancário	30,5%	31,2%	
Capital			
Fundos próprios totais	5.353	5.997	
Riscos ponderados	57.188	58.400	
Rácio Core Tier I ⁽²⁾	9,2%	6,7%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base ⁽²⁾	8,6%	9,2%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios ⁽²⁾	9,4%	10,3%	
Sucursais			
Atividade em Portugal	872	891	-2,1%
Atividade internacional	840	843	-0,4%
Colaboradores			
Atividade em Portugal	9.944	10.121	-1,7%
Atividade internacional	11.629	11.266	3,2%

Nota: os indicadores referentes ao exercício de 2011 refletem os ajustamentos efetuados às contas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010.

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 697 milhões de euros em 31 de março de 2012.

(2) De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Calculado de acordo com definição do Banco de Portugal.

(4) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(5) Exclui impacto de itens específicos.

RESULTADOS E ACTIVIDADE NO PRIMEIRO TRIMESTRE 2012

No final do exercício de 2011, tendo em consideração o acordo firmado entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os sindicatos dos trabalhadores bancários para a transferência para o Regime Geral da Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento de reformados e pensionistas, o Banco optou, em momento anterior à referida transferência, pela alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais.

Na sequência da análise das alternativas permitidas pela *International Accounting Standard* (IAS) 19 Benefícios a empregados, o Grupo optou por passar a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais de acordo com o método do corredor, no qual os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedessem 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo eram registados por contrapartida de resultados de acordo com a vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

De modo a refletir a mencionada alteração, de acordo com as IAS, esta alteração foi efetuada com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2010, pelo que foram reconhecidos nos capitais próprios a totalidade dos desvios atuariais diferidos. No âmbito das regras aplicáveis, o Grupo procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras com referência a 1 de janeiro de 2010 e a 31 de dezembro de 2010, bem como em relação aos meses decorridos do exercício de 2011, para efeitos comparativos.

RESULTADOS

O **resultado líquido consolidado** do Millennium bcp totalizou 40,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com os 90,1 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2011 (reexpresso de acordo com a alteração da política contabilística).

O resultado líquido do primeiro trimestre de 2012 foi influenciado pelos seguintes fatores excecionais:

- contabilização de um custo no montante de 15,4 milhões de euros relacionado com as comissões pela emissão de empréstimos obrigacionistas com garantia do Estado Português; e
- recompra de emissões próprias de obrigações hipotecárias geradora de uma mais-valia líquida de impostos de 68 milhões de euros.

Por seu turno, o resultado líquido do primeiro trimestre de 2011 inclui:

- a anulação de provisões associadas ao fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo, no montante de 22,3 milhões de euros líquido de impostos.

Entre o primeiro trimestre de 2011 e o primeiro trimestre de 2012 o produto bancário registou um aumento, suportado pelos resultados em operações financeiras que compensaram a quebra da margem financeira, a par da contenção dos custos operacionais que reduziram 0,2%, excluindo itens específicos.

A evolução da rentabilidade em base consolidada foi determinada pelo desempenho na atividade em Portugal, na medida em que a atividade internacional registou um aumento dos resultados líquidos. O resultado líquido da atividade internacional foi impulsionado pelo maior nível de resultados líquidos alcançado na maioria das subsidiárias no exterior, com destaque para o Bank Millennium na Polónia e o Banco Millennium Angola.

A **margem financeira** situou-se em 317,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com os 401,6 milhões de euros apurados em igual período de 2011.

A margem financeira da atividade em Portugal foi influenciada pelos efeitos volume de negócios e taxa de juro desfavoráveis. Na atividade internacional, a margem financeira foi condicionada pelo desempenho do Millennium bank na Grécia, não obstante os crescimentos observados nas subsidiárias na Polónia e em Angola.

A taxa de margem financeira situou-se em 1,49% no primeiro trimestre de 2012, que compara com 1,78% em igual período de 2011, refletindo o impacto das operações de *liability management* concretizadas no segundo semestre de 2011 e da subida do custo dos depósitos a prazo, não obstante o efeito favorável do *repricing* do crédito.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	31 mar.12		31 mar.11	
	saldo	taxa %	saldo	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	4.760	1,37	3.970	1,52
Ativos financeiros	10.742	4,87	13.000	3,65
Créditos a clientes	68.537	4,85	73.101	4,10
Ativos geradores de juros	84.039	4,65	90.071	3,92
Ativos não geradores de juros	9.024		7.430	
	93.063		97.501	
Depósitos de instituições de crédito	18.354	1,51	19.717	1,48
Depósitos de clientes	49.064	3,47	45.402	2,52
Dívida emitida e passivos financeiros	16.807	3,63	21.595	2,03
Passivos subordinados	1.147	5,27	1.980	2,55
Passivos geradores de juros	85.372	3,11	88.694	2,17
Passivos não geradores de juros	3.286		3.192	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	4.405		5.615	
	93.063		97.501	
Taxa de margem financeira		1,49		1,78

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em março de 2012 e de 2011, à respetiva rubrica de balanço.

As **comissões líquidas** situaram-se em 169,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com 195,4 milhões de euros no período homólogo de 2011. Na atividade em Portugal diminuíram 15,5% face ao primeiro trimestre de 2011. Na atividade internacional reduziram 7,4%, influenciadas pelo desempenho no Millennium Bank na Polónia, induzido pelas comissões relacionadas com mercados financeiros, não obstante a evolução favorável observada na generalidade das rubricas de comissões no Millennium bim em Moçambique e no Banco Millennium Angola.

As comissões líquidas evidenciam:

- a diminuição das comissões relacionadas com o negócio bancário, em 10,3%, condicionadas pelo custo apurado no primeiro trimestre de 2012 associado a emissões de dívida do Banco com garantia prestada pelo Estado Português; e
- a redução das comissões relacionadas com os mercados financeiros, influenciadas pela persistência de um enquadramento particularmente adverso para a gestão de investimentos financeiros.

Os **resultados em operações financeiras** totalizaram 191,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, que compara com os 26,5 milhões de euros apurados em igual período de 2011. Este comportamento traduz a evolução da atividade em Portugal. O desempenho da atividade internacional, apesar dos menores ganhos apurados pela subsidiária na Polónia, foi globalmente favorável, beneficiando fundamentalmente dos resultados em operações cambiais e em operações sobre títulos.

A evolução dos resultados em operações financeiras reflete os seguintes impactos:

- mais-valia resultante da recompra, no primeiro trimestre de 2012, de obrigações hipotecárias no montante de 95,5 milhões de euros;
- ganhos associados a títulos da dívida pública portuguesa no montante de 11,3 milhões de euros (perda de 119,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011); e
- prejuízos em instrumentos financeiros contabilizados ao *fair value option* no montante de 19,4 milhões de euros (ganhos de 19,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011).

Os **outros proveitos de exploração líquidos** foram negativos em 14,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com ganhos de 20,2 milhões de euros apurados no período homólogo de 2011.

A atividade em Portugal incorpora os impactos desfavoráveis no primeiro trimestre de 2012 relacionados com a contribuição tributária extraordinária sobre o setor bancário, no montante de 8,5 milhões de euros, e com as perdas resultantes da diminuição de valor de ativos recebidos em dação, enquanto no primeiro trimestre de 2011 inclui o impacto positivo de um ajuste de prémios de seguros relacionados com pensões.

A atividade internacional evidencia o menor nível de outros proveitos de exploração apurados pelas subsidiárias na Grécia e em Moçambique, apesar do contributo favorável do Banco Millennium Angola.

Os **resultados por equivalência patrimonial** totalizaram 12,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com 16,7 milhões de euros em igual período de 2011, determinado pela apropriação de menores resultados associados à participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

	Milhões de euros		
	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11
Comissões líquidas	169,9	195,4	-13,1%
Comissões bancárias	146,0	162,7	-10,3%
Cartões	43,5	44,8	-2,9%
Crédito e garantias	27,6	42,9	-35,6%
<i>Bancassurance</i>	17,9	19,2	-6,6%
Outras comissões	56,9	55,8	2,0%
Comissões relacionadas com mercados	24,0	32,7	-26,8%
Operações sobre títulos	13,4	19,8	-32,4%
Gestão de ativos	10,5	12,9	-18,2%
Resultados em operações financeiras	191,3	26,5	-
Outros proveitos de exploração líquidos	(14,5)	20,2	-
Rendimentos de instrumentos de capital	0,3	-	-
Resultados por equivalência patrimonial	12,9	16,7	-23,2%
Total de outros proveitos líquidos	359,9	258,8	39,1%
Outros proveitos / Produto bancário	53,1%	39,2%	

Os **custos operacionais** situaram-se em 369,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, que compararam com os 338,9 milhões de euros relevados em igual período de 2011.

Os custos operacionais incorporam no primeiro trimestre de 2011 a anulação de provisões relacionadas com o fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo, no montante de 31,4 milhões de euros.

Excluindo este impacto, os custos operacionais reduziram 0,2%, como resultado do decréscimo das amortizações do exercício (-13,5%), da estabilização dos custos com o pessoal (+0,2%) e do controlo dos outros gastos administrativos (+1,4%).

Na atividade em Portugal, os custos operacionais incorporam o efeito anteriormente mencionado, pelo que, excluindo aquele impacto, reduziram 1,1% face ao primeiro trimestre de 2011, como consequência da redução das amortizações do exercício e dos custos com o pessoal.

Na atividade internacional, os custos operacionais aumentaram 1,2%, face ao primeiro trimestre de 2011, influenciados pelo Banco Millennium em Angola e pelo Millennium bim em Moçambique, traduzindo o suporte aos planos de negócio em curso nestas operações e ao reforço da infraestrutura operacional naqueles mercados. Não obstante, o rácio de eficiência da atividade internacional melhorou para 60,3% no primeiro trimestre de 2012 (63,9% em igual período de 2011).

Em termos consolidados, o rácio de eficiência, excluindo itens específicos, situou-se em 54,5% no primeiro trimestre de 2012 (56,1% no período homólogo de 2011), enquanto na atividade em Portugal situou-se em 51,4% no primeiro trimestre de 2012 (52,1% no período homólogo de 2011).

Os **custos com o pessoal** cifraram-se em 206,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com os 174,6 milhões de euros apurados no mesmo período de 2011.

Os custos com o pessoal, excluindo o impacto já mencionado da anulação de provisões no montante de 31,4 milhões de euros efetuado no primeiro trimestre de 2011, evidenciaram uma estabilização (+0,2%), influenciados pela redução de 1,6% na atividade em Portugal, que praticamente contrariou o aumento de 4,0% observado na atividade internacional.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal refletem os aumentos verificados nas subsidiárias em Moçambique, Angola e Polónia, incorporando o efeito do maior número de colaboradores, em particular naquelas duas primeiras operações, no âmbito do reforço das suas competências e capacidades operacionais.

Os **outros gastos administrativos** totalizaram 141,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, face aos 139,4 milhões de euros relevados no período homólogo de 2011. Esta evolução traduz o aumento dos gastos relacionados com as rubricas de comunicações, de estudos e consultas e de água, energia e combustíveis, não obstante as poupanças alcançadas nas rubricas de publicidade e de rendas.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos aumentaram 1,8%, repercutindo a evolução dos gastos relacionados com comunicações e com água, energia e combustíveis.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos registaram um aumento de 0,9%, induzido pelos gastos com conservação e reparação e com serviços especializados, apesar dos menores gastos com publicidade e rendas. Este comportamento foi influenciado pelas subsidiárias em Moçambique e em Angola, parcialmente mitigado pela redução de custos apurada pelo Millennium bank na Grécia.

CUSTOS OPERACIONAIS

	Milhões de euros		
	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11
Custos com o pessoal ⁽¹⁾	206,6	206,1	0,2%
Outros gastos administrativos	141,3	139,4	1,4%
Amortizações do exercício	21,5	24,8	-13,5%
Custos operacionais	369,4	370,3	-0,2%
Anulação de provisão relacionada com pensões		31,4	
dos quais:			
Atividade em Portugal	224,7	195,9	14,7%
Atividade internacional	144,7	143,0	1,2%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(2) (3)}	51,4%	52,1%	

(1) Exclui a anulação de provisões nos primeiros três meses de 2011 relacionadas com pensões, no montante de 31,4 milhões de euros.

(2) Atividade em Portugal. De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

As **amortizações do exercício** cifraram-se em 21,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, que compararam com 24,8 milhões de euros relevados em igual período de 2011.

Na atividade em Portugal as amortizações do exercício diminuíram 13,8% face ao primeiro trimestre de 2011, beneficiando da evolução das amortizações relacionadas com equipamentos e imóveis. Na atividade internacional reduziram 13,1%, face ao primeiro trimestre de 2011, influenciadas pelo decréscimo do nível de amortizações nas subsidiárias da Roménia, da Polónia e da Grécia, não obstante os aumentos evidenciados pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim em Moçambique, como resultado dos investimentos realizados no âmbito da estratégia de crescimento orgânico nestas geografias.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** situou-se em 170,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com 166,6 milhões de euros apurados em igual período de 2011.

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) da atividade em Portugal situou-se ligeiramente acima do registado no período homólogo (+1,0%), apesar de ter sido condicionada pela persistência de um enquadramento macroeconómico e financeiro adverso, com consequências na degradação da situação económico-financeira das famílias e das empresas nacionais.

Na atividade internacional, a imparidade do crédito (líquida de recuperações) traduz fundamentalmente o maior nível de dotações apurado pelas subsidiárias na Grécia, em Moçambique e na Suíça.

O custo do risco situou-se em 95 pontos base no primeiro trimestre de 2012, que compara com os 88 pontos base relevados no período homólogo de 2011.

As **outras imparidades e provisões** cifraram-se em 46,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, que comparam com os 31,4 milhões de euros apurados em igual período de 2011.

As outras imparidades e provisões incorporam o comportamento das dotações para imparidade de ativos recebidos em dação na atividade em Portugal que, no âmbito do processo de reavaliação regular destes ativos, apresentaram uma descida do respetivo valor de mercado, a par do aumento das dotações de provisões associadas a outros compromissos.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões reduziram na generalidade das subsidiárias, face ao trimestre homólogo, em particular no Millennium bim em Moçambique e no Bank Millennium na Polónia.

Os **impostos (correntes e diferidos) sobre lucros** ascenderam a 32,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, montante que compara com os 14,8 milhões de euros apurados no período homólogo de 2011.

Os referidos impostos incluem o custo por impostos correntes no montante de 21,0 milhões de euros (25,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011) e o custo por impostos diferidos no montante de 11,2 milhões de euros (proveito de 10,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011).

BALANÇO

O **ativo total** consolidado cifrou-se em 92.029 milhões de euros em 31 de março de 2012, comparando com os 95.177 milhões de euros relevados em igual data de 2011.

O **crédito a clientes** (bruto), em base comparável (ajustado de uma operação de Repo, no montante de 697 milhões de euros), diminuiu 5,4%, situando-se em 71.243 milhões de euros em 31 de março de 2012, face aos 75.315 milhões de euros relevados em igual data de 2011.

Esta evolução foi determinada pela contração verificada na atividade em Portugal (-7,3%) e pelo ligeiro aumento da concessão de crédito na atividade internacional (+0,9%), face ao final de março de 2011, que evidencia especialmente o crescimento da carteira de crédito do Millennium Bank na Polónia.

O comportamento do crédito a clientes reflete a retração verificada tanto ao nível do crédito a empresas (-8,5%), como do crédito a particulares (-1,9%), refletindo o impacto da prossecução dos esforços de desalavancagem controlada com especial enfoque na atividade em Portugal.

A estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões idênticos de diversificação, entre 31 de março de 2011 e 31 de março de 2012, com o crédito a empresas a representar 51,3% do crédito total concedido no final de março de 2012, enquanto o crédito a particulares representava 48,7% da carteira de crédito a clientes.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11
Particulares	34.711	35.389	-1,9%
Crédito hipotecário	30.254	30.667	-1,3%
Crédito ao consumo	4.457	4.722	-5,6%
Empresas ⁽¹⁾	36.532	39.926	-8,5%
Serviços ⁽¹⁾	15.400	15.832	-2,7%
Comércio	4.048	4.639	-12,7%
Construção	4.452	5.304	-16,1%
Outros	12.632	14.151	-10,7%
Total ⁽¹⁾	71.243	75.315	-5,4%
do qual:			
Atividade em Portugal ⁽¹⁾	53.998	58.231	-7,3%
Atividade internacional	17.245	17.084	0,9%

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 697 milhões de euros em 31 de março de 2012.

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 5,0% em 31 de março de 2012 (3,4% em 31 março de 2011). O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades situou-se em 100,3% em 31 de março de 2012, comparando com 103,8% em igual data de 2011.

O crédito com incumprimento situou-se em 6,8% do crédito total em 31 de março de 2012, comparando com 5,0% apurado na mesma data de 2011.

O crédito em risco situou-se em 10,9% do crédito total em 31 de março de 2012.

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 31 DE MARÇO DE 2012

Milhões de euros

	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/CV >90 dias)
Particulares	944	823	2,7%	87,2%
Crédito hipotecário	240	258	0,8%	107,5%
Crédito ao consumo	704	566	15,8%	80,3%
Empresas	2.654	2.786	7,1%	105,0%
Serviços	594	1.056	3,7%	177,8%
Comércio	415	338	10,2%	81,5%
Construção	1.041	579	23,4%	55,7%
Outros	605	812	4,8%	134,4%
Total	3.598	3.609	5,0%	100,3%

Os **recursos totais de clientes**, em base comparável (ajustado de uma operação de Repo, no montante de 697 milhões de euros), aumentaram 1,1%, atingindo 67.328 milhões de euros em 31 de março de 2012, que compara com os 66.605 milhões de euros registados na mesma data de 2011.

O aumento dos recursos totais de clientes beneficiou do crescimento de 6,5% dos recursos de balanço de clientes, potenciados pelo aumento de 8,8% dos depósitos de clientes. Os recursos fora de balanço de clientes reduziram para 12.803 milhões de euros em 31 de março de 2012 (15.410 milhões de euros no final de março de 2011), como resultado das descidas verificadas nos ativos sob gestão e nos produtos de capitalização.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes situaram-se em 50.439 milhões de euros em 31 de março de 2012, que comparam com os 50.633 milhões de euros em 31 de março de 2011, sublinhando-se o aumento de 10,2% nos depósitos de clientes. Na atividade internacional, os recursos totais de clientes aumentaram 5,7%, alicerçados no desempenho da generalidade das subsidiárias no exterior, nomeadamente nas operações da Polónia, de Angola, de Moçambique e da Grécia.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	Milhões de euros		
	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	54.525	51.195	6,5%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	48.830	44.867	8,8%
Débitos para com clientes titulados	5.695	6.328	-10,0%
Recursos fora de balanço de clientes	12.803	15.410	-16,9%
Ativos sob gestão	3.942	4.373	-9,9%
Produtos de capitalização	8.861	11.037	-19,7%
Total ⁽¹⁾	67.328	66.605	1,1%
dos quais:			
Atividade em Portugal ⁽¹⁾	50.439	50.633	-0,4%
Atividade internacional	16.889	15.972	5,7%

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 697 milhões de euros em 31 de março de 2012.

A **carteira de títulos** situou-se em 12.250 milhões em 31 de março de 2012, diminuindo 10,6% face a igual data de 2011, passando a representar 13% do ativo total (14% em 31 de março de 2011).

Os ativos financeiros detidos até à maturidade, que representavam 32% da carteira de títulos em 31 de março de 2012, diminuíram 42,1% face ao final de março de 2011. Esta evolução traduz:

- a menor exposição a títulos de dívida pública portuguesa;
- o impacto no balanço do reconhecimento de imparidades associadas a títulos de dívida soberana grega; e
- o efeito do reembolso de obrigações de emissores privados nacionais.

A carteira de ativos financeiros detidos para negociação e de ativos financeiros disponíveis para venda aumentou para 8.333 milhões de euros em 31 de março de 2012 (6.933 milhões de euros em igual data de 2011), representando 9,1% do ativo total (7,3% em 31 de março de 2011), por via do acréscimo, no decurso do primeiro trimestre de 2012, da componente de ativos disponíveis para venda.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

No decurso do primeiro trimestre de 2012 registou-se uma atenuação no clima de aversão ao risco, não obstante a volatilidade ter continuado a caracterizar o contexto económico-financeiro a nível global. A instabilidade no mercado interbancário europeu atenuou-se na sequência das operações de refinanciamento a três anos conduzidas pelo Banco Central Europeu (BCE), concretizadas em dezembro de 2011 e em fevereiro de 2012, representando uma injeção adicional de liquidez no sistema bancário europeu, as quais foram complementadas por medidas de expansão dos ativos de garantia elegíveis para efeitos de operações de

mercado aberto e pela redução das reservas mínimas obrigatórias, tendo este conjunto de atuações propiciado aos Bancos nacionais o consequente alongamento dos respetivos prazos de financiamento junto do BCE.

Neste enquadramento, o Millennium bcp manteve o enfoque no crescimento e na retenção de recursos de balanço de clientes, contribuindo não só para a concretização dos objetivos de redução do gap comercial e de desalavancagem, como também para o reforço das fontes de financiamento estável (*stable funding*), a que acresceu a tomada de fundos nas referidas operações de financiamento junto do BCE, de modo a ultrapassar a persistente limitação no acesso a operações a médio e longo prazo nos mercados de dívida por grosso.

Ao longo do primeiro trimestre de 2012, foram cumpridos pelo Grupo os objetivos de redução das necessidades de financiamento fixados no Plano de Liquidez, devido sobretudo a uma eficácia acrescida no controlo do gap comercial. A amortização de dívida de médio-longo prazo excedeu em aproximadamente 1,0 mil milhões de euros o valor de 3,0 mil milhões de euros previstos no Plano de Liquidez, devido à realização, no final do trimestre, de uma operação de *liability management*. Tal não obstou a que o recurso ao BCE tenha apresentado um valor próximo do planeado, como resultado do esforço de desalavancagem acima mencionado, cifrando-se a exposição do Grupo ao BCE em 14,7 mil milhões de euros à data de 31 de março de 2012 (12,7 mil milhões de euros no final de dezembro de 2011).

Por seu turno, no decurso do primeiro trimestre de 2012, a pool de ativos elegíveis detida pelo Banco foi reforçada com novas emissões de obrigações garantidas pela República Portuguesa, no montante total de 2,4 mil milhões de euros (após *haircuts*), e ainda com ativos de crédito, no âmbito das medidas de alargamento dos ativos de garantia elegíveis. Não obstante a simultânea redução da exposição à dívida pública portuguesa, a carteira de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de refinanciamento junto de Bancos Centrais ascendeu a 19,1 mil milhões de euros em 31 de março de 2012 (16,3 mil milhões de euros no final de dezembro de 2011).

CAPITAL

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adoção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da atividade em Portugal e com efeitos a 31 de dezembro de 2010. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às subclasses de risco “Posições Renováveis de Retalho” e “Outras Posições de Retalho” em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011.

O rácio Core Tier I situou-se em 9,22% no final de março de 2012, mantendo um valor semelhante ao apurado em 31 de dezembro de 2011 (9,26%), tendo o impacto da evolução positiva do Core Tier I sido compensado pelo maior nível dos riscos ponderados da atividade.

O aumento do Core Tier I no montante de 137 milhões de euros foi impulsionado sobretudo pela geração orgânica de capital, devida quer aos resultados líquidos e à neutralização do efeito de variação do risco de crédito próprio nos resultados, quer ao crescimento das reservas e interesses que não controlam, não obstante ter sido parcialmente contrariada pela amortização dos impactos diferidos permitidos pelo Banco de Portugal.

O crescimento dos riscos ponderados (RWA) no montante de 1.733 milhões de euros foi determinado pelo aumento do grau de risco interno dos clientes tratados de acordo com o método IRB, devido à degradação da conjuntura económica e com base na revisão anual que decorre no primeiro trimestre, apesar do benefício resultante da manutenção do esforço de *deleverage* neste período.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	31 mar. 12	31 dez. 11
Fundos Próprios		
Core Tier I	5.272	5.135
Ações preferenciais e "Valores"	173	173
Outras deduções (1)	(552)	(521)
Base	4.894	4.788
Complementares	594	613
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(135)	(137)
Total	5.353	5.263
Riscos Ponderados	57.188	55.455
Rátios de Solvabilidade		
Core Tier I	9,2%	9,3%
Tier I	8,6%	8,6%
Tier II	0,8%	0,9%
Total	9,4%	9,5%

(1) Inclui as deduções relacionadas com o diferencial de perdas esperadas face à imparidade e com a detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, nomeadamente as associadas às participações detidas na Millenniumbcp Ageas e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

Nota: o Banco de Portugal autorizou a utilização dos métodos de notações internas (IRB) para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, com efeitos a 31 de dezembro de 2010. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (IRB Advanced) para as exposições de retalho sobre pequenas empresas e colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (IRB Foundation) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as tratadas pelo sistema de rating simplificado. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às subclasses de risco "Posições Renováveis de Retalho" e "Outras Posições de Retalho" em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011. No primeiro semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

A continuação da implementação das medidas acordadas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, tendo por base quatro áreas chave de atuação: garantir níveis de solvabilidade acima dos requisitos regulamentares de 9% de Core Tier I em 2011 e 10% em 2012; gerir o processo de desalavancagem para estabilizar as necessidades e a estrutura de financiamento, tendo como objetivo atingir um rácio de Crédito sobre Depósitos de 120% em 2014; recuperar os níveis de rentabilidade do negócio em Portugal; e focar o portefólio internacional em função do seu atrativo e recursos disponíveis, constituiu o principal enfoque do Banco no 1.º trimestre de 2012. Merecem saliência durante o 1.º trimestre de 2012:

- Realização, em 28 de fevereiro de 2012, de uma Assembleia Geral de Acionistas, destacando-se as seguintes deliberações: Ponto Um - Aprovação da alteração e reestruturação do contrato de sociedade, tendo em vista a adoção de um modelo de administração e fiscalização monista, composto por Conselho de Administração, Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas, bem como a criação de um Conselho Estratégico Internacional; Ponto Dois - Eleição dos membros do Conselho de Administração (incluindo o Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração, Nuno Manuel da Silva Amado), Comissão de Auditoria, Conselho Estratégico Internacional e Conselho de Remunerações e Previdência, para o mandato 2012-2014.
- Na sequência da Assembleia Geral de Acionistas do dia 28 de fevereiro de 2012, na qual foram eleitos os novos membros dos órgãos sociais do Banco Comercial Português, S.A., o Conselho de Administração do Banco nomeou, em 1 de março de 2012, a Comissão Executiva, o seu 1.º Vice-Presidente, Miguel Maya Dias Pinheiro, e o seu 2.º Vice-Presidente, Miguel de Campos Pereira Bragança.
- Comunicação do Banco Comercial Português, em 26 de março de 2012, do resultado da oferta de recompra de obrigações hipotecárias. Os investidores transmitiram no total intenções de aceitação até 918.650.000 euros (valor nominal), que foram integralmente aceites pelo Millennium bcp. A oferta enquadrou-se no conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo Banco, destinadas à gestão da sua estrutura de financiamento e de capital.
- Comunicação do Banco Comercial Português, em 1 de março de 2012, que o Banco de Portugal divulgou os resultados globais da terceira e última vertente de trabalho do Programa Especial de Inspeções (SIP) realizado como parte das medidas e ações acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o FMI/EU/BCE, em maio de 2011. A terceira vertente SIP assentou numa lógica prospetiva, tendo por objetivo avaliar a adequação dos parâmetros e das metodologias utilizados pelos grupos bancários na realização das projeções financeiras que suportam a avaliação da sua solvabilidade futura, no quadro dos exercícios de *stress test*. A avaliação efetuada permitiu confirmar que o Grupo BCP utilizou os parâmetros e metodologias adequados.
- Comunicado do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão informando que o Banco Comercial Português submeteu junto do Banco de Portugal, em 20 de janeiro de 2012, um Plano de Capital, nos termos da comunicação da EBA de 8 de dezembro de 2011. O Plano de Capital entregue, envolvia duas componentes: a) Aumento de capital destinado, com direito de preferência, a subscrição pelos acionistas privados, com vista a assegurar fundos próprios com carácter permanente; b) Utilização da linha de recapitalização pública temporária e reembolsável prevista na Lei 63-A/2008.
- Assinalou-se em 7 de fevereiro “O Dia da Internet Segura”, iniciativa da Microsoft em parceria com o Millennium bcp, a EPIS e a Câmara Municipal de Cascais (pela 1.ª vez este ano), tendo sido realizada uma ação de formação dirigida a crianças e adultos num total de 600 pessoas, subordinada ao tema “Vamos descobrir o mundo digital juntos... em Segurança”.
- Apoio da Fundação Millennium bcp à 2.ª edição do projeto “Make It Possible” criado pela Associação Internacional de Estudantes de Ciências Económicas e Comerciais (AIESEC) para a divulgação dos Objetivos do Milénio junto das escolas do ensino secundário. Esta ação que decorreu em março dirigiu-se a mais de 5 mil estudantes e contou com a colaboração de 58 voluntários de 25 países.

- No âmbito do projeto “Arte Partilhada” teve início na cidade de Aveiro a Exposição “Redes sem mar” que reúne 13 tapeçarias da Manufatura de Tapeçarias de Portalegre que fazem parte do acervo artístico do Millennium bcp.
- Cedência de 100 obras de arte ao Ministério da Saúde no âmbito do projeto de responsabilidade social do Millennium bcp com o objetivo de aproximar os espaços de alguns hospitais do Serviço Nacional de Saúde aos seus utilizadores, numa cerimónia que decorreu nas Urgências do Hospital de São José, com a presença do Ministro da Saúde, Paulo Macedo.
- Participação de uma Colaboradora da Direção de Microcrédito no projeto “Bankers without Borders”, um programa de voluntariado da Grameen Foundation, com mais de 5 mil profissionais de todo o mundo que oferecem o seu tempo, experiência e conhecimentos técnicos para apoiar instituições de microfinança que atuam junto da população mais carenciada a nível mundial.
- No âmbito do programa, para jovens universitários, “Come and Grow With Us” decorreram durante o 1.º trimestre de 2012 duas iniciativas: i) em fevereiro, o *Skill Seminar* com a participação de 16 estudantes do *Master International Management* (CEMS-MIM) da Universidade Nova de Lisboa e ii) em março, o *Banking G@me* disputado por 40 jovens.
- Numa parceria entre a Fundação Millennium bcp e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade apresentou-se o estudo, com o levantamento, caracterização, análise e diagnóstico das IPSS nacionais, com a finalidade de promover a sustentabilidade das IPSS e correspondência do trabalho que desenvolvem às necessidades sociais da população portuguesa. Realização de dois eventos (Lisboa e Porto) de apresentação da publicação, com a presença em Lisboa do Ministro da Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares.
- Adesão do Núcleo Arqueológico do Millennium bcp (NARC) ao “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios” que decorreu no dia 18 de abril. No âmbito dessa iniciativa, o NARC alargou o período de abertura até às 22h00. Este ano esteve em discussão a conservação e valorização do Património Mundial sob a designação “Do Património Mundial ao Património Local; proteger e gerir a mudança”.
- Eleição da Média, pela quarta vez, Marca de Confiança na categoria de Seguros de Saúde pelos leitores das Selecções do Reader’s Digest.
- Anúncio pela Agência de Rating Moody’s da conclusão, em 28 de março de 2012, do processo de revisão das notações dos bancos portugueses iniciado em 15 de fevereiro, na sequência da revisão da notação da República Portuguesa de “Ba2” para “Ba3” em 13 de fevereiro de 2012. Neste contexto, a notação de longo prazo do BCP foi mantida em “Ba3”, com Outlook negativo (idêntica à notação da República Portuguesa), e a de curto prazo em “Not Prime” (NP). As notações “Bank Financial Strength Rating” (“Baseline Credit Assessment”) do BCP foram revistas de E+(B1) para E+(B2), com “Outlook negativo”.
- Na sequência da revisão do *rating* da República Portuguesa de “BBB-” para “BB” e da revisão do “*Banking Industry Country Risk Assessment*” para Portugal, a Standard & Poor’s, em 14 de fevereiro de 2012, anunciou que procedeu à revisão das notações de *rating* dos bancos portugueses. Neste contexto, a notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. foi reduzida de “BB” para “B+” com “Negative Outlook”, enquanto a notação de “*rating*” de curto prazo foi confirmada em “B”.
- Na sequência da revisão da notação de *rating* de Portugal de “BBB” para “BBB(low)”, a agência de *rating* DBRS, em 31 de janeiro de 2012, reduziu a notação de *rating* do Banco Comercial Português, S.A. de “BBB” para “BBB(low)” em relação à dívida sénior de Longo prazo & depósitos e de “R-2(high)” para “R-2(mid)”, no que respeita à notação de *rating* de Curto prazo & depósitos. A tendência mantém-se negativa.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No decurso do primeiro trimestre de 2012 registou-se uma ligeira melhoria na atividade económica global e uma atenuação no clima de aversão ao risco. O contexto mantém-se volátil, conferindo valor acrescido à redução expressiva dos prémios de risco da dívida pública portuguesa que se verificou no período.

Para a economia mundial, o FMI projeta uma taxa de crescimento de 3,5% em 2012 e uma reaceleração para 4,0% em 2013, com persistência de um desempenho muito superior das economias emergentes e em desenvolvimento. A atividade económica na área do euro tendeu a estabilizar no primeiro trimestre, mas sem alterar a perspetiva de recessão em 2012 (contração do PIB de cerca de 0,3%).

A política monetária nas economias desenvolvidas assumiu um pendor ainda mais expansionista. Os bancos centrais fizeram uso acrescido de mecanismos alternativos à redução das taxas de juro, incluindo a aquisição de títulos de dívida pública em mercado secundário, cedência de liquidez em condições excecionais e comunicação mais transparente da estratégia monetária.

A instabilidade no mercado interbancário europeu moderou, na sequência das operações de refinanciamento a 3 anos ("LTRO") conduzidas pelo Banco Central Europeu, em dezembro e em fevereiro. A injeção adicional de liquidez no sistema destas duas operações ascendeu a 500 mil milhões de euros, com centenas de bancos participantes, a que acrescem as medidas de expansão dos ativos de garantia aceites nas operações de mercado aberto e a redução das reservas mínimas obrigatórias, estimando-se que possam representar um potencial adicional de liquidez de 300 mil milhões de euros. Os bancos portugueses procederam ao alongamento dos prazos de financiamento, tendo ocorrido um aumento marginal de 46 para 56 mil milhões de euros no saldo do recurso a financiamento do BCE. A taxa principal de refinanciamento do BCE manteve-se em 1%. A liquidez abundante e a perspetiva de prolongamento das atuais condições monetárias contribuíram para a redução das taxas de juro Euribor em todos os prazos, quer nos valores atuais quer nos valores futuros.

A ação determinada do BCE e a reformulação do acordo de assistência financeira à Grécia, contemplando, entre outras medidas, o perdão parcial da dívida por parte do setor privado, terão contornado o risco de um colapso de proporções sistémicas muito relevantes. Os mercados financeiros apresentaram desempenhos positivos, com redução da volatilidade implícita e valorização dos ativos mais cíclicos, nomeadamente dos mercados de ações. O euro recuperou para valores ligeiramente superiores a 1,30 dólares. A perspetiva de permanência de políticas monetárias acomodáticas revelou-se também favorável ao mercado de renda fixa e à compressão, na generalidade, dos prémios de risco.

A proximidade de eleições em França e na Grécia e os receios com as perspetivas macroeconómicas e financeiras para alguns Estados membros da Área do Euro conduziram ao regresso de um clima de aversão ao risco. As taxas de juro da dívida pública alemã retomaram valores mínimos. Neste quadro, assume relevância a redução pronunciada dos prémios de risco atribuídos à dívida pública portuguesa, ilustrativo da alteração de perceção dos investidores relativamente ao risco da República Portuguesa.

As projeções económicas para Portugal foram revistas ligeiramente em baixa (-3,4% do PIB, de acordo com o Banco de Portugal) mas a atividade económica no primeiro trimestre terá apresentado uma evolução menos negativa do que o esperado. O setor externo persiste como o principal motor da atividade económica. A severidade do ajustamento em curso e a incerteza do contexto continuam a penalizar fortemente a evolução do emprego. O défice orçamental atingiu 4,2% do PIB em 2011. O orçamento retificativo para 2012 mantém o objetivo do défice público em 4,5% do PIB para o corrente ano.

O reforço da capitalização dos bancos portugueses deverá concretizar-se até ao final do segundo trimestre, conforme determinação da Autoridade Bancária Europeia. Alguns bancos poderão recorrer ao fundo de capitalização do Estado previsto para o efeito. A debilidade da atividade económica e o aumento do desemprego colocam pressão sobre a qualidade do ativo e afetam a procura de crédito.

Na Europa de Leste as perspetivas económicas permanecem favoráveis. Na Polónia, não obstante uma ligeira moderação da atividade, o Comité Monetário mantém um enviesamento para a subida das taxas de juro, suportando uma valorização do złóti face ao euro. Na Grécia, o acordo de assistência financeira prevê um programa, de longo prazo, de ajustamento da economia grega, de grande rigor orçamental e ainda sujeito a riscos de execução significativos. Nas economias africanas, a evolução favorável dos mercados mundiais de matérias-primas, a conclusão de trabalhos de manutenção e de início de novas explorações petrolíferas, e as boas condições climatológicas para a safra agrícola e produção hidroelétrica proporcionam um enquadramento favorável ao crescimento robusto da atividade económica. O FMI projeta uma taxa de crescimento real do PIB em 2012 de 2,6% para a Polónia, -4,7% para a Grécia, de 6,7% para Moçambique e de 9,7% para Angola.

GLOSSÁRIO

Carteira de títulos - ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra e ativos financeiros detidos até à maturidade.

Crédito com incumprimento - crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento.

Crédito em risco - conceito que, segundo o Banco de Portugal, é mais abrangente do que o crédito com incumprimento, incorporando, nomeadamente, a possibilidade dos devedores com prestações em atraso continuarem a não cumprir as suas responsabilidades de crédito. Para definição detalhada consultar instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

Custo do risco - proporção das dotações para imparidade do crédito (líquida de recuperações) em função da carteira de crédito

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos de exploração líquidos.

Outras imparidades e provisões - imparidade de outros ativos financeiros, imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, imparidade do goodwill e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos de exploração, outros resultados de atividades não bancárias e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Produtos de capitalização - inclui *unit linked* e planos poupança reforma.

Recursos totais de clientes - débitos para com clientes titulados e não titulados, ativos sob gestão e produtos de capitalização.

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações de negociação e de cobertura, resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional.

Taxa de margem financeira - relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro ('IFRS') do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

Os valores dos primeiros três meses de 2011 e 2012 não foram objeto de auditoria.

INDICADORES CONSOLIDADOS: ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11
Demonstração de resultados									
Margem financeira	317,5	401,6	-20,9%	177,5	260,3	-31,8%	140,0	141,2	-0,9%
Rendimento de instrumentos de capital	0,3	-	>200%	0,3	-	>200%	-	-	-
Resultado de serviços e comissões	169,9	195,4	-13,1%	114,6	135,7	-15,5%	55,3	59,8	-7,4%
Outros proveitos de exploração	(14,5)	20,2	-	(14,1)	19,9	-	(0,4)	0,3	-
Resultados em operações financeiras	191,3	26,5	>200%	147,1	3,9	>200%	44,2	22,6	95,7%
Resultados por equivalência patrimonial	12,9	16,7	-23,2%	12,1	16,7	-27,7%	0,7	-	-
Produto bancário	677,4	660,4	2,6%	437,5	436,5	0,2%	240,0	223,9	7,2%
Custos com o pessoal	206,6	174,6	18,3%	135,0	105,8	27,6%	71,5	68,8	4,0%
Outros gastos administrativos	141,3	139,4	1,4%	78,7	77,3	1,8%	62,6	62,1	0,9%
Amortizações do exercício	21,5	24,8	-13,5%	11,0	12,7	-13,8%	10,5	12,1	-13,1%
Custos operacionais	369,4	338,9	9,0%	224,7	195,9	14,7%	144,7	143,0	1,2%
Resultados operacionais antes de provisões	308,0	321,6	-4,2%	212,7	240,7	-11,6%	95,3	80,9	17,8%
Imparidade do crédito (líquida recuperações)	170,3	166,6	2,2%	133,2	131,8	1,0%	37,1	34,7	6,8%
Outras imparidades e provisões	46,3	31,4	47,6%	47,8	31,9	49,6%	(1,5)	(0,6)	-
Resultado antes de impostos	91,5	123,6	-26,0%	31,8	76,9	-58,6%	59,7	46,7	27,6%
Impostos	32,2	14,8	-	19,9	4,1	-	12,3	10,7	-
Interesses que não controlam	18,5	18,8	-1,3%	(2,6)	(0,5)	-	21,2	19,3	9,8%
Resultado líquido	40,8	90,1	-54,8%	14,6	73,3	-80,1%	26,2	16,8	55,9%
Indicadores de balanço e de atividade									
Ativo total	92.029	95.177	-3,3%	69.647	72.832	-4,4%	22.381	22.345	0,2%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	67.328	66.605	1,1%	50.439	50.633	-0,4%	16.889	15.972	5,7%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	54.525	51.195	6,5%	38.687	36.270	6,7%	15.838	14.925	6,1%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	48.830	44.867	8,8%	33.118	30.061	10,2%	15.711	14.806	6,1%
Débitos para com clientes titulados	5.695	6.328	-10,0%	5.569	6.209	-10,3%	126	119	6,3%
Recursos fora de balanço de clientes	12.803	15.410	-16,9%	11.752	14.362	-18,2%	1.051	1.048	0,3%
Ativos sob gestão	3.942	4.373	-9,9%	3.200	3.695	-13,4%	742	678	9,5%
Produtos de capitalização	8.861	11.037	-19,7%	8.552	10.667	-19,8%	309	370	-16,5%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	71.243	75.315	-5,4%	53.998	58.231	-7,3%	17.245	17.084	0,9%
Particulares	34.711	35.389	-1,9%	24.141	25.214	-4,3%	10.570	10.175	3,9%
Crédito hipotecário	30.254	30.667	-1,3%	21.510	22.376	-3,9%	8.744	8.292	5,5%
Crédito ao consumo	4.457	4.722	-5,6%	2.631	2.839	-7,3%	1.826	1.883	-3,0%
Empresas ⁽¹⁾	36.532	39.926	-8,5%	29.857	33.016	-9,6%	6.675	6.910	-3,4%
Serviços ⁽¹⁾	15.400	15.832	-2,7%	13.335	13.637	-2,2%	2.065	2.195	-5,9%
Comércio	4.048	4.639	-12,7%	2.781	3.458	-19,6%	1.267	1.181	7,3%
Construção	4.452	5.304	-16,1%	3.571	4.574	-21,9%	880	730	20,6%
Outros	12.632	14.151	-10,7%	10.170	11.347	-10,4%	2.463	2.804	-12,2%
Qualidade do crédito									
Crédito vencido total	3.915	2.861	36,8%	3.058	2.182	40,2%	857	679	26,2%
Crédito vencido há mais de 90 dias	3.598	2.529	42,3%	2.802	1.915	46,4%	796	614	29,6%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	5,0%	3,4%		5,1%	3,3%		4,6%	3,6%	
Imparidade do crédito (balanço)	3.609	2.625	37,5%	2.903	2.052	41,4%	706	573	23,2%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito total	5,0%	3,5%		5,3%	3,5%		4,1%	3,4%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	100,3%	103,8%		103,6%	107,2%		88,8%	93,3%	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	95	88		97	91		86	81	

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 697 milhões de euros em 31 de março de 2012.

INFORMAÇÃO TRIMESTRAL INDIVIDUAL/CONSOLIDADA (Não Auditada)
(Modelo aplicável às entidades sujeitas à disciplina do Plano de Contas para o Sistema Bancário/Leasing/Factoring)

Empresa: Banco Comercial Português, S.A.

Sede: Praça D. João I, 28 - 4000-295 Porto

NIPC: 501 525 882

Período de referência:

Valores de referência em 000Esc

em Euros

1º Trimestre

3º Trimestre

5º Trimestre⁽¹⁾

Início: 01/01/2012 Fim: 31/03/2012

Rubricas do Balanço	Individual			Consolidada		
	n (NCA)	n-1 (NCA)	Var. (%)	n (IAS)	n-1 (IAS)	Var. (%)
ACTIVO (Líquido)						
Créditos sobre Instituições de Crédito ⁽²⁾	15.174.150.123	8.622.759.187	75,98%	3.496.378.437	2.179.477.946	60,42%
Créditos sobre clientes	48.045.043.967	52.320.284.678	-8,17%	68.330.387.058	72.689.673.359	-6,00%
Títulos de rendimento fixo	20.501.358.984	25.215.926.792	-18,70%	10.765.559.734	12.642.141.493	-14,84%
Títulos de rendimento variável	2.543.754.825	1.648.678.103	54,29%	1.484.408.404	1.057.910.623	40,32%
Participações	4.019.310.968	3.903.943.117	2,96%	386.442.234	362.722.909	6,54%
CAPITAIS PRÓPRIOS E EQUIPARADOS						
Valor do Capital social	6.064.999.986	4.694.600.000	29,19%	6.064.999.986	4.694.600.000	29,19%
Nº de ações ordinárias	7.207.167.060	4.694.600.000	-	7.207.167.060	4.694.600.000	-
Nº de ações de outra natureza	0	0	-	-	-	-
Valor das Ações próprias	886.186	2.648.256	-66,54%	3.759.686	15.884.393	-76,33%
Nº de ações com voto	3.938.072	4.334.938	-	24.610.734	27.314.342	-
Nº de ações pref. Sem voto	0	0	-	-	-	-
Empréstimos subordinados	2.815.610.685	2.740.091.997	2,76%	1.160.119.027	1.352.633.135	-14,23%
Interesses minoritários	0	0	-	568.609.790	482.646.764	17,81%
PASSIVO						
Débitos p/ c/ instituições de crédito	22.309.884.160	26.971.868.904	-17,28%	18.754.270.539	19.408.731.690	-3,37%
Débitos para com clientes	33.962.735.681	30.750.386.414	10,45%	49.526.287.547	44.866.924.684	10,38%
Débitos representados por títulos	19.609.645.057	13.931.756.553	40,76%	14.560.815.267	17.098.509.642	-14,84%
TOTAL DO ACTIVO (Líquido)	97.581.022.898	98.089.881.985	-0,52%	92.028.647.710	95.176.754.845	-3,31%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	4.576.328.466	4.888.213.872	-6,38%	3.991.247.984	5.103.240.457	-21,79%
TOTAL DO PASSIVO	93.004.694.432	93.201.668.113	-0,21%	87.468.789.936	89.590.867.624	-2,37%

Rubricas da Demonstração de Resultados	Individual			Consolidada		
	n	n-1	Var. (%)	n	n-1	Var. (%)
Margem Financeira ⁽³⁾	151.523.355	230.515.170	-34,27%	317.477.314	401.564.194	-20,94%
Comissões e outros prov. exploração (líquido)	130.854.319	168.225.012	-22,21%	155.457.114	215.618.614	-27,90%
Rend. Títulos e result. operac. financ. (líquido)	156.358.384	-47.605.515	-428,45%	190.815.577	23.764.981	702,93%
Produto Bancário	438.736.058	351.134.667	24,95%	663.750.005	640.947.789	3,56%
Custos pessoal, administ. e outros custos	-215.888.133	-189.664.948	13,83%	-347.900.351	-314.027.880	10,79%
Amortizações	-9.055.447	-10.483.897	-13,63%	-21.478.277	-24.828.425	-13,49%
Provisões (líquidas de reposições)	-269.636.944	-175.252.177	53,86%	-215.732.584	-195.183.162	10,53%
Resultados extraordinários	0	0	n.a.	0	0	n.a.
Resultados antes de impostos	-55.844.466	-24.266.355	130,13%	78.638.793	106.908.322	-26,44%
Imposto sobre o rendimento ⁽⁴⁾	10.961.188	11.657.228	-5,97%	-32.189.703	-14.761.907	118,06%
Interesses minorit. e res. emp. excl. cons.	0	0	-	-5.689.893	-2.047.618	177,88%
Resultado líquido ao trimestre	-44.883.278	-12.609.127	255,96%	40.759.197	90.098.797	-54,76%
Resultado líquido ao trimestre por ação	-0,0074	-0,0027	175,53%	0,0057	0,0192	-70,53%
Autofinanciamento ⁽⁵⁾	233.809.113	173.126.947	35,05%	277.970.058	310.110.384	-10,36%

⁽¹⁾ Aplicável no primeiro exercício económico das sociedades que adoptem um exercício anual diferente do correspondente ao ano civil (Art.65.º - A do Código das Sociedades comerciais)

⁽²⁾ Inclui disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito

⁽³⁾ Margem Financeira = Juros e proveitos equiparados - Juros e custos equiparados

⁽⁴⁾ Estimativa de imposto sobre rendimento

⁽⁵⁾ Autofinanciamento = Resultados líquidos + Amortizações + Provisões

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011

	31 março 2012	31 março 2011
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	1.012.647	946.874
Juros e custos equiparados	(695.170)	(545.310)
Margem financeira	317.477	401.564
Rendimentos de instrumentos de capital	296	27
Resultado de serviços e comissões	169.921	195.425
Resultados em operações de negociação e de cobertura	168.778	(742)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7.048	27.221
Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade	15.510	-
Outros proveitos de exploração	(11.126)	18.325
	667.904	641.820
Outros resultados de atividades não bancárias	4.719	5.104
Total de proveitos operacionais	672.623	646.924
Custos com o pessoal	206.552	174.620
Outros gastos administrativos	141.348	139.408
Amortizações do exercício	21.478	24.828
Total de custos operacionais	369.378	338.856
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	303.245	308.068
Imparidade do crédito	(170.264)	(166.567)
Imparidade de outros ativos financeiros	(816)	(2.742)
Imparidade de outros ativos	(36.955)	(25.092)
Outras provisões	(8.513)	(3.524)
Resultado operacional	86.697	110.143
Resultados por equivalência patrimonial	12.851	16.730
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(8.058)	(3.234)
Resultado antes de impostos	91.490	123.639
Impostos		
Correntes	(20.997)	(25.291)
Diferidos	(11.193)	10.529
Resultado após impostos	59.300	108.877
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	40.759	90.099
Interesses que não controlam	18.541	18.778
Resultado do período	59.300	108.877
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,02	0,05
Diluído	0,02	0,05

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de março de 2012 e de 2011 e 31 de dezembro de 2011

	31 março 2012	31 dezembro 2011	31 março 2011
(Milhares de Euros)			
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.883.922	2.115.945	1.564.141
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.130.660	1.577.410	949.217
Aplicações em instituições de crédito	2.365.719	2.913.015	1.230.261
Créditos a clientes	68.330.387	68.045.535	72.689.673
Ativos financeiros detidos para negociação	2.066.045	2.145.330	4.052.975
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.266.559	4.774.114	2.879.766
Ativos com acordo de recompra	9.251	495	20.726
Derivados de cobertura	471.523	495.879	352.787
Ativos financeiros detidos até à maturidade	3.908.114	5.160.180	6.746.586
Investimentos em associadas	386.442	305.075	362.723
Ativos não correntes detidos para venda	1.096.777	1.104.650	1.005.750
Propriedades de investimento	562.869	560.567	515.251
Outros ativos tangíveis	608.427	624.599	592.891
Goodwill e ativos intangíveis	249.317	251.266	398.532
Ativos por impostos correntes	34.536	52.828	29.200
Ativos por impostos diferidos	1.540.229	1.564.538	1.002.367
Outros ativos	1.117.871	1.790.650	783.909
	92.028.648	93.482.076	95.176.755
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	18.754.271	17.723.419	19.408.731
Depósitos de clientes	49.526.288	47.516.110	44.866.925
Títulos de dívida emitidos	14.560.815	16.236.202	17.098.510
Passivos financeiros detidos para negociação	1.265.779	1.478.680	870.348
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	315.768	2.578.990	4.078.118
Derivados de cobertura	376.021	508.032	232.003
Provisões	252.832	246.100	238.141
Passivos subordinados	1.160.119	1.146.543	1.352.633
Passivos por impostos correntes	13.015	24.037	8.666
Passivos por impostos diferidos	1.249	2.385	-
Outros passivos	1.242.633	1.647.208	1.436.792
	87.468.790	89.107.706	89.590.867
Total do Passivo			
Capitais Próprios			
Capital	6.065.000	6.065.000	4.694.600
Títulos próprios	(11.448)	(11.422)	(83.223)
Prémio de emissão	71.722	71.722	192.122
Ações preferenciais	171.175	171.175	1.000.000
Outros instrumentos de capital	9.853	9.853	1.000.000
Reservas de justo valor	(292.284)	(389.460)	(241.545)
Reservas e resultados acumulados	(2.063.529)	(1.241.490)	(1.548.812)
Resultado do período atribuível aos acionistas do Banco	40.759	(848.623)	90.099
	3.991.248	3.826.755	5.103.241
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do Banco			
Interesses que não controlam	568.610	547.615	482.647
	4.559.858	4.374.370	5.585.888
Total de Capitais Próprios			
	92.028.648	93.482.076	95.176.755

Banco Comercial Português

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES

31 de Março de
2012

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para os período de três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011

	Notas	31 março 2012	31 março 2011
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	1.012.647	946.874
Juros e custos equiparados	3	<u>(695.170)</u>	<u>(545.310)</u>
Margem financeira		317.477	401.564
Rendimentos de instrumentos de capital	4	296	27
Resultados de serviços e comissões	5	169.921	195.425
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	168.778	(742)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7	7.048	27.221
Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade	8	15.510	-
Outros proveitos/custos de exploração	9	<u>(11.126)</u>	<u>18.325</u>
		667.904	641.820
Outros resultados de atividades não bancárias		<u>4.719</u>	<u>5.104</u>
Total de proveitos operacionais		<u>672.623</u>	<u>646.924</u>
Custos com o pessoal	10	206.552	174.620
Outros gastos administrativos	11	141.348	139.408
Amortizações do período	12	<u>21.478</u>	<u>24.828</u>
Total de custos operacionais		<u>369.378</u>	<u>338.856</u>
Resultado operacional antes de provisões e imparidades		303.245	308.068
Imparidade do crédito	13	(170.264)	(166.567)
Imparidade de outros ativos financeiros	14	(816)	(2.742)
Imparidade de outros ativos	28, 30 e 33	(36.955)	(25.092)
Outras provisões	15	<u>(8.513)</u>	<u>(3.524)</u>
Resultado operacional		86.697	110.143
Resultados por equivalência patrimonial	16	12.851	16.730
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	17	<u>(8.058)</u>	<u>(3.234)</u>
Resultado antes de impostos		91.490	123.639
Impostos			
Correntes	18	(20.997)	(25.291)
Diferidos	18	<u>(11.193)</u>	<u>10.529</u>
Resultado após impostos		<u>59.300</u>	<u>108.877</u>
Resultado consolidado do período atribuível a:			
Acionistas do Banco		40.759	90.099
Interesses que não controlam	46	<u>18.541</u>	<u>18.778</u>
Resultado do período		<u>59.300</u>	<u>108.877</u>
Resultado por ação (em Euros)	19		
Básico		0,02	0,05
Diluído		0,02	0,05

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011

	Notas	31 março 2012	31 dezembro 2011
		(Milhares de Euros)	
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	20	1.883.922	2.115.945
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21	1.130.660	1.577.410
Aplicações em instituições de crédito	22	2.365.719	2.913.015
Créditos a clientes	23	68.330.387	68.045.535
Ativos financeiros detidos para negociação	24	2.066.045	2.145.330
Ativos financeiros disponíveis para venda	24	6.266.559	4.774.114
Ativos com acordo de recompra		9.251	495
Derivados de cobertura	25	471.523	495.879
Ativos financeiros detidos até à maturidade	26	3.908.114	5.160.180
Investimentos em associadas	27	386.442	305.075
Ativos não correntes detidos para venda	28	1.096.777	1.104.650
Propriedades de investimento	29	562.869	560.567
Outros ativos tangíveis	30	608.427	624.599
Goodwill e ativos intangíveis	31	249.317	251.266
Ativos por impostos correntes		34.536	52.828
Ativos por impostos diferidos	32	1.540.229	1.564.538
Outros ativos	33	1.117.871	1.790.650
		92.028.648	93.482.076
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	34	18.754.271	17.723.419
Depósitos de clientes	35	49.526.288	47.516.110
Títulos de dívida emitidos	36	14.560.815	16.236.202
Passivos financeiros detidos para negociação	37	1.265.779	1.478.680
Outros passivos financeiros ao justo valor			
através de resultados	38	315.768	2.578.990
Derivados de cobertura	25	376.021	508.032
Provisões	39	252.832	246.100
Passivos subordinados	40	1.160.119	1.146.543
Passivos por impostos correntes		13.015	24.037
Passivos por impostos diferidos	32	1.249	2.385
Outros passivos	41	1.242.633	1.647.208
		87.468.790	89.107.706
Capitais Próprios			
Capital	42	6.065.000	6.065.000
Títulos próprios	45	(11.448)	(11.422)
Prémio de emissão		71.722	71.722
Ações preferenciais	42	171.175	171.175
Outros instrumentos de capital	42	9.853	9.853
Reservas de justo valor	44	(292.284)	(389.460)
Reservas e resultados acumulados	44	(2.063.529)	(1.241.490)
Resultado consolidado do período			
atribuível aos acionistas do Banco		40.759	(848.623)
Total de Capitais Próprios atribuíveis			
aos acionistas do Banco		3.991.248	3.826.755
Interesses que não controlam	46	568.610	547.615
		4.559.858	4.374.370
		92.028.648	93.482.076

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os período de três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011

	31 março 2012	31 março 2011
	(Milhares de Euros)	
<i>Fluxos de caixa de atividades operacionais</i>		
Juros recebidos	873.369	842.718
Comissões recebidas	222.465	232.206
Recebimentos por prestação de serviços	43.754	49.298
Pagamento de juros	(636.820)	(516.019)
Pagamento de comissões	(73.623)	(42.005)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	4.606	5.559
Prémios de seguros recebidos	4.344	5.802
Pagamento de indemnizações da atividade seguradora	(2.944)	(1.761)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(450.918)	(417.609)
	(15.767)	158.189
<i>Diminuição / (aumento) de ativos operacionais:</i>		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(54.000)	14.215
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	718.638	927.054
Fundos adiantados a clientes	(305.155)	1.169.925
Títulos negociáveis a curto prazo	(105.824)	751.030
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	3.523	(102.711)
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	1.023.699	(358.514)
Débitos para com clientes – à vista	70.408	(192.141)
Débitos para com clientes – a prazo	1.875.319	(563.483)
	3.210.841	1.803.564
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(13.031)	(7.954)
	3.197.810	1.795.610
<i>Fluxos de caixa de atividades de investimento</i>		
Dividendos recebidos	295	27
Juros recebidos de ativos financeiros disponíveis para venda	116.297	59.774
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	3.470.752	5.463.735
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	(10.875.143)	(6.020.071)
Vencimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	6.058.107	127.225
Compra de imobilizações	(17.374)	(10.108)
Venda de imobilizações	6.721	8.661
Aumento / (diminuição) em outras contas do ativo	1.608.422	7.981
	368.077	(362.776)
<i>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</i>		
Emissão de dívida subordinada	16.326	114.925
Reembolso de dívida subordinada	(5.138)	(760.415)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	2.677.353	45.988
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(5.165.398)	(898.026)
Emissão de papel comercial e de outros títulos	6.498	287.413
Reembolso de papel comercial e de outros títulos	(1.438.942)	(508.564)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses que não controlam	(244.776)	(106.037)
	(4.154.077)	(1.824.716)
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	28.047	(11.001)
	(560.143)	(402.883)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	2.268.554	1.952.447
Caixa e seus equivalentes no início do período	577.751	600.347
Caixa (nota 20)	1.130.660	949.217
Outros investimentos de curto prazo (nota 21)	1.708.411	1.549.564
Caixa e seus equivalentes no fim do período		

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

**Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Consolidados
para os período de três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011**

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Outro rendimento											
	integral do período											
	Total dos capitais próprios	Capital	Ações preferenciais	Outros instrumentos de capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas justo valor e cobertura		Reservas livres e resultados acumulados	Goodwill	Títulos próprios	Interesses que não controlam
							fluxo de caixa	Outros				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	5.611.601	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	466.042	(166.361)	(1.756.772)	2.649.987	(2.883.580)	(81.938)	497.501
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(21.000)	-	-	-	-	-	-	-	(21.000)	-	-	-
Impostos relativos aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	5.272	-	-	-	-	-	-	-	5.272	-	-	-
Perdas atuariais no período	2.257	-	-	-	-	-	-	2.257	-	-	-	-
Resultado consolidado do período atribuível aos acionistas do Banco	90.099	-	-	-	-	-	-	-	90.099	-	-	-
Resultado consolidado do período atribuível aos interesses que não controlam (nota 46)	18.778	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.778
Títulos próprios	(1.285)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.285)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(11.001)	-	-	-	-	-	-	(11.001)	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 44)												
Ativos financeiros disponíveis para venda	(67.230)	-	-	-	-	-	(67.230)	-	-	-	-	-
Cobertura de Fluxo de Caixa	(7.954)	-	-	-	-	-	(7.954)	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam (nota 46)	(33.632)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.632)
Outras reservas de consolidação (nota 44)	(17)	-	-	-	-	-	-	-	(17)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2011	5.585.888	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	466.042	(241.545)	(1.765.516)	2.724.341	(2.883.580)	(83.223)	482.647
	5.585.888	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122		(241.545)		(1.458.713)		(83.223)	482.647
Constituição de reservas (nota 44):												
Reserva legal	-	-	-	-	-	30.065	-	-	(30.065)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	10.000	-	-	(10.000)	-	-	-
Aumento de capital por emissão de 2.512.567.060 ações, conversão de valores mobiliários perpétuos subordinados e incorporação de reservas (nota 42)	259.853	1.370.400	-	(990.147)	(120.400)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de registo do aumento de capital	(9.862)	-	-	-	-	-	-	-	(9.862)	-	-	-
Troca de instrumentos de dívida perpétua e de ações preferenciais por novos instrumentos de dívida	(388.390)	-	(828.825)	-	-	-	-	-	440.435	-	-	-
Perdas atuariais no período	(33.552)	-	-	-	-	-	-	(33.552)	-	-	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(595)	-	-	-	-	-	-	-	(595)	-	-	-
Impostos relativos aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	149	-	-	-	-	-	-	-	149	-	-	-
Resultado consolidado do período atribuível aos acionistas do Banco	(938.722)	-	-	-	-	-	-	-	(938.722)	-	-	-
Resultado consolidado do período atribuível aos interesses que não controlam (nota 46)	67.075	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67.075
Despesas associados a instrumentos de capital	(102)	-	-	-	-	-	-	-	(102)	-	-	-
Dividendos de ações preferenciais	(56.553)	-	-	-	-	-	-	-	(56.553)	-	-	-
Títulos próprios	71.801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.801	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(29.189)	-	-	-	-	-	-	(29.189)	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 44)												
Ativos financeiros disponíveis para venda	(179.850)	-	-	-	-	-	(179.850)	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxo de caixa	31.935	-	-	-	-	-	31.935	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam (nota 46)	(2.107)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.107)
Outras reservas de consolidação (nota 44)	(3.409)	-	-	-	-	-	-	-	(3.409)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.374.370	6.065.000	171.175	9.853	71.722	506.107	(389.460)	(1.828.257)	2.115.617	(2.883.580)	(11.422)	547.615
Resultado consolidado do período atribuível aos acionistas do Banco	40.759	-	-	-	-	-	-	-	40.759	-	-	-
Resultado consolidado do período atribuível aos interesses que não controlam (nota 46)	18.541	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.541
Despesas associados a instrumentos de capital	(9)	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	-
Títulos próprios	(26)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	28.047	-	-	-	-	-	-	28.047	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 44)												
Ativos financeiros disponíveis para venda	117.593	-	-	-	-	-	117.593	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxo de caixa	(20.417)	-	-	-	-	-	(20.417)	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam (nota 46)	2.454	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.454
Outras reservas de consolidação (nota 44)	(1.454)	-	-	-	-	-	-	-	(1.454)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2012	4.559.858	6.065.000	171.175	9.853	71.722	506.107	(292.284)	(1.800.210)	2.154.913	(2.883.580)	(11.448)	568.610

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para os período de três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011

	Notas	31 março 2012	31 março 2011
		(Milhares de Euros)	
Reserva de justo valor			
Ativos financeiros disponíveis para venda	44	139.552	(72.931)
Cobertura de fluxos de caixa	44	(25.206)	(9.820)
Impostos			
Ativos financeiros disponíveis para venda	44	(21.959)	5.701
Cobertura de fluxos de caixa	44	4.789	1.866
		97.176	(75.184)
Perdas atuariais do período			
Valor Bruto		-	2.651
Impostos		-	(394)
		-	2.257
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	44	28.047	(11.001)
Outro rendimento integral do período depois de impostos		125.223	(83.928)
Resultado consolidado do período		59.300	108.877
Total do rendimento integral do período		184.523	24.949
Atribuíveis a:			
Acionistas do Banco		165.982	6.171
Interesses que não controlam		18.541	18.778
Total do rendimento integral do período		184.523	24.949

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. Sociedade Aberta (o 'Banco') é um Banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua atividade em 5 de maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto 'Grupo') e a participação do Grupo nas associadas para os três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respetivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 7 de maio de 2012. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

O Grupo adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para os três meses findos em 31 de março de 2012 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data. As demonstrações financeiras do período de 3 meses findo em 31 de março de 2012 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

No decurso do exercício de 2011, de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 - Benefícios a empregados, o Grupo efetuou uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos apurados até essa data em capitais próprios. Assim, a rubrica Reservas e resultados acumulados inclui, com efeito a 1 de janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística.

Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Em 2011, o Grupo adotou a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros e o *Annual Improvement Project* emitido em maio de 2010. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de janeiro de 2011, tiveram impacto ao nível da divulgação de informação adicional sobre os ativos e passivos do Grupo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os períodos das demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1 ac).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

b) Bases de consolidação

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo BCP passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos. Anteriormente a essa data, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excederam o interesse não controlado no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que foram incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente foram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por fases/ etapas (*step Acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do *goodwill*, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transações materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - Goodwill

O *goodwill* resultante das concentrações de atividades empresariais ocorridas até 1 de janeiro de 2004 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos diretamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de Dezembro de 2009.

Após 1 de janeiro de 2010, o registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser diretamente imputados a resultados.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de janeiro de 2004, a totalidade do *goodwill* positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis, podendo as alterações posteriores ser registadas por contrapartida de *goodwill*. Após 1 de janeiro de 2010, o *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

Até 31 de dezembro de 2009, quando uma parte da participação numa subsidiária era alienada sem que tivesse ocorrido perda de controlo, a diferença entre o valor de venda e o valor contabilístico dos capitais próprios atribuídos à proporção do capital a ser alienada pelo Grupo, acrescido do valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa subsidiária, era reconhecido em resultados do exercício como um ganho ou uma perda decorrente da alienação. O efeito de diluição ocorria quando a percentagem de participação numa subsidiária diminuía sem que o Grupo tivesse alienado as suas partes de capital nessa subsidiária, por exemplo, no caso em que o Grupo não participava proporcionalmente no aumento de capital da subsidiária. Até 31 de dezembro de 2009 o Grupo reconhecia os ganhos e perdas decorrentes da diluição de uma participação financeira numa subsidiária na sequência de uma alienação ou aumento de capital nos resultados do exercício.

Também nas aquisições de interesses que não controlam, até 31 de dezembro de 2009, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos foram registadas por contrapartida de *goodwill*. As aquisições de interesses que não controlam, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses que não controlam (*written put options*), originaram o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses que não controlam na parte adquirida. Sempre que existiu um diferencial entre os interesses que não controlam adquiridos e o justo valor da responsabilidade, esse diferencial foi registado por contrapartida de *goodwill*. O justo valor foi determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso de o preço ser variável, o valor da responsabilidade é atualizado por contrapartida de *goodwill* e o efeito financeiro do desconto (*unwinding*) dessa responsabilidade é registado por contrapartida de resultados. Este tratamento contabilístico mantém-se para as opções contratadas até 31 de dezembro de 2009.

A partir de 1 de janeiro de 2010, a aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Da mesma forma, após 1 de janeiro de 2010, as aquisições de interesses que não controlam, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses que não controlam (*written put options*), originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses que não controlam na parte adquirida. O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso de o preço ser variável, o valor da responsabilidade é atualizado por contrapartida de resultados, assim como o efeito financeiro do desconto (*unwinding*) dessa responsabilidade é registado também por contrapartida de resultados. Após 1 de janeiro de 2010, nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Entidades de finalidade especial (“SPEs”)

O Grupo consolida pelo método integral SPEs resultantes de operações de securitização de ativos com origem em entidades do Grupo (conforme nota 22), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades resultantes de operações de securitização, não foram consolidadas outras SPEs por não estarem abrangidas pelos critérios abaixo referidos de acordo com a SIC 12.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As atividades da SPE estão, em substância, a ser conduzidas maioritariamente a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento da SPE;
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades da SPE ou, ao estabelecer mecanismos de *auto-pilot*, a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios da SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às atividades do SPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos à SPE ou aos seus ativos, com vista à obtenção de benefícios da sua atividade.

Gestão de fundos de investimento

O Grupo administra e gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiras entidades. As demonstrações financeiras destas entidades não são consolidadas pelo Grupo BCP, exceto quando o Grupo detém o controlo desses fundos de investimento, isto é, quando detém mais de 50% das unidades de participação.

No caso de o Grupo consolidar fundos de investimento imobiliário, os imóveis provenientes desses fundos são classificados como propriedades de investimento, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 r).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua atividade. Na consolidação, o valor dos ativos e passivos, incluindo o *goodwill*, de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço. O *goodwill* existente sobre estes investimentos é reavaliado por contrapartida de reservas.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efetiva, a diferença apurada é registada em resultados do exercício.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efetuaram as transações. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respetiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Investimentos em empresas controladas conjuntamente

As entidades controladas conjuntamente, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, nas linhas respetivas, a parcela proporcional do Grupo nos ativos, passivos, receitas e despesas, com itens de natureza similar linha a linha, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que cesse.

Transações eliminadas em consolidação

Os saldos e transações entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transações, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transações com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise coletiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes fatores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no *rating* do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efetiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objetiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas coletivamente.

(ii) Análise coletiva

As perdas por imparidade baseadas na análise coletiva podem ser calculadas através de duas perspetivas:

- para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos coletivos são determinadas considerando os seguintes aspetos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento das atuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objetiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objetivo de determinar as perdas por imparidade em termos coletivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados em operações de negociação e de cobertura.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

O Grupo adotou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias, operações de mercado monetário e depósitos a prazo que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura".

A designação de outros ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os ativos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transações;
- os ativos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contract*).

Os ativos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações. Os ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

4) Crédito a clientes - Crédito titulado

Os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado, e que o Grupo não tenha a intenção de venda imediata, nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Grupo apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas e papel comercial. Os ativos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser medido de forma fiável ou com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do ativo financeiro, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A reversão das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada por contrapartida de reservas de justo valor quando se revertem.

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal (*host contract*), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do exercício e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efetiva;
- a efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efetiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefetiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospetivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- Reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efetividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, o Grupo executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efetividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efetiva da relação de cobertura. A parte inefetiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respetiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros ("*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*"). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- Quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

O Grupo adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na nota 23.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("*Fair Value Option*").

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As ações preferenciais emitidas pelo Grupo são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos são pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

i) Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros que contenham um passivo financeiro e uma componente de capital (ex: obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para ações ordinárias (número de ações) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo financeiro corresponde ao valor atual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado, aplicável a passivos financeiros similares que não possuam nenhuma opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo financeiro. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva. Os juros são reconhecidos em margem financeira.

j) Empréstimo de títulos e transações com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

k) Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

l) Locação financeira

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

p) Atividades fiduciárias

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

r) Propriedades de investimento

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objetivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve refletir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

s) Ativos intangíveis

Encargos com projetos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como custo no exercício em que ocorrem.

Software

O Grupo regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

t) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

u) Offsetting

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

v) *Transações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

w) *Benefícios a empregados*

Plano de benefícios definidos

O Grupo tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções coletivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções coletivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do setor bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

A par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Grupo assumiu a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, tendo em conta as especificidades dos instrumentos da regulamentação coletiva e a situação previdencial de cada um (Plano Complementar).

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do DL 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos atuais reformados e pensionistas.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ('IRCT') dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões. O referido Decreto-Lei estabelece igualmente os termos e condições em que foi efetuada a transferência definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

Conforme referido na nota 1a) e nota 60, de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 - Benefícios a empregados, o Grupo optou em 2011 por uma alteração da política contabilística para reconhecimento dos desvios atuariais passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios.

Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das obrigações definidas e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do *unwinding* dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos ativos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

Os ganhos e perdas atuariais do exercício são reconhecidos por contrapartida de reservas no exercício em que ocorrem.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Planos de remuneração com ações

À data de 31 de março de 2012 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete ao Conselho de Administração Executivo fixar os respetivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

x) Impostos sobre lucros

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

y) Relato por segmentos

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes. O Grupo controla a sua atividade através dos seguintes segmentos operacionais principais:

Portugal

- Banca de Retalho;
- Banca de Empresas (que inclui o segmento empresas em Portugal, o *Corporate* e Banca de Investimento);
- *Private Banking* e *Asset management*.

Atividade no Estrangeiro

- Polónia;
- Grécia;
- Angola;
- Moçambique.

Outros

O agregado Outros inclui a atividade não alocada aos segmentos anteriormente referidos, nomeadamente a desenvolvida pelas subsidiárias na Roménia, Suíça e Ilhas Caimão.

z) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

aa) Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como ações próprias.

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação.

Se o resultado por ação for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de ações ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por ação para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

ab) Contratos de seguro

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base pro-rata durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método *pro rata temporis*, por cada recibo em vigor.

Teste de adequação das responsabilidades

À cada data de reporte, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

ac) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

O Grupo patrocina a constituição de SPEs com o objetivo principal de efetuar operações de securitização de ativos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

No âmbito da aplicação desta política e de acordo com a nota 22, foram incluídas no perímetro de consolidação as seguintes SPEs resultantes de operações de securitização: NovaFinance nº 4, Magellan nº 2, 3, 5 e 6, Kion nº1 e nº2, Orchis Sp zo.o, Caravela SME nº 1 e 2 e Tagus Leasing. Por outro lado o Grupo não consolidou as seguintes SPEs igualmente resultantes das operações de securitização de crédito do Grupo: Magellan nº 1 e 4. Para estas SPEs, que estão desreconhecidas no balanço, concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos mesmos, uma vez que o Grupo não detém quaisquer títulos emitidos pelas SPEs em causa que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à *performance* das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros detidos até à maturidade

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação e de cobertura, em ativos financeiros disponíveis para venda e em ativos financeiros detidos até à maturidade, conforme apresentado nas notas 3, 6, 7 e 8. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e de cobertura, em ativos financeiros disponíveis para venda e em ativos financeiros detidos até à maturidade, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura, em ativos financeiros disponíveis para venda e em ativos financeiros detidos até à maturidade.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
Margem financeira	317.477	401.564
Resultados em operações de negociação e de cobertura	168.778	(742)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7.048	27.221
Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade	15.510	-
	<u>508.813</u>	<u>428.043</u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	793.724	720.091
Juros de títulos de negociação	12.663	35.785
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	80.419	34.598
Juros de ativos financeiros detidos até à maturidade	39.037	48.175
Juros de derivados de cobertura	66.823	71.753
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	2.892	21.228
Juros de depósitos e outras aplicações	17.089	15.244
	<u>1.012.647</u>	<u>946.874</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	497.073	357.531
Juros de títulos com acordo de recompra	4.399	2.934
Juros de títulos emitidos	180.418	134.913
Juros de derivados de cobertura	4.542	10.449
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	450	6.651
Juros de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	8.288	32.832
	<u>695.170</u>	<u>545.310</u>
Margem financeira	<u>317.477</u>	<u>401.564</u>

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 15.468.000 (31 de março de 2011: Euros 11.639.000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 m).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012	mar 2011
	Euros '000	Euros '000
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis		
para venda	295	27
Outros	1	-
	<u>296</u>	<u>27</u>

A rubrica Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o exercício.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012	mar 2011
	Euros '000	Euros '000
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	26.674	24.594
Por compromissos perante terceiros	42	115
Por serviços bancários prestados	130.556	138.779
Comissões da atividade seguradora	451	209
Outras comissões	57.150	63.419
	<u>214.873</u>	<u>227.116</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	16.847	848
Por serviços bancários prestados por terceiros	20.341	19.865
Comissões da atividade seguradora	351	236
Outras comissões	7.413	10.742
	<u>44.952</u>	<u>31.691</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u><u>169.921</u></u>	<u><u>195.425</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
<i>Lucros em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	491.304	2.302.206
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	18.510	7.849
Rendimento variável	3.749	4.011
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	4.936	15.152
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	50.948	40.557
Outros instrumentos financeiros derivados	492.186	607.742
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	6.875	55.033
Recompras de emissões próprias	196.730	39.483
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	40.426	182.195
Instrumentos cobertos	814	174.532
Outras operações	10.476	883
	<u>1.316.954</u>	<u>3.429.643</u>
<i>Prejuízos em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	484.951	2.275.928
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	944	128.786
Rendimento variável	4.390	537
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	14.555	19.846
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	26.903	25.235
Outros instrumentos financeiros derivados	466.395	576.151
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	59.279	52.127
Recompras de emissões próprias	495	1.002
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	24.652	338.378
Instrumentos cobertos	51.580	8.790
Outras operações	14.032	3.605
	<u>1.148.176</u>	<u>3.430.385</u>
Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura	<u>168.778</u>	<u>(742)</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

7. Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	8.702	3.137
Rendimento variável	74	24.975
Prejuízos em operações com ativos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	(1.728)	(891)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	<u>7.048</u>	<u>27.221</u>

8. Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
Lucros em operações com ativos financeiros detidos até à maturidade	168.598	-
Prejuízos em operações com ativos financeiros detidos até à maturidade	(153.088)	-
Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade	<u>15.510</u>	<u>-</u>

9. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
<i>Proveitos</i>		
Prestação de serviços	8.690	8.150
Venda de cheques e outros	3.895	4.484
Outros proveitos de exploração	3.012	24.148
	<u>15.597</u>	<u>36.782</u>
<i>Custos</i>		
Impostos	8.348	7.034
Donativos e quotizações	1.078	1.297
Contribuição específica sobre o setor Bancário	8.461	5.000
Outros custos de exploração	8.836	5.126
	<u>26.723</u>	<u>18.457</u>
	<u>(11.126)</u>	<u>18.325</u>

10. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
Remunerações	156.155	148.715
Encargos sociais obrigatórios	36.617	14.666
Encargos sociais facultativos	12.445	9.587
Outros custos	1.335	1.652
	<u>206.552</u>	<u>174.620</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

11. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
Água, energia e combustíveis	5.816	4.694
Material de consumo corrente	1.829	1.961
Rendas e alugueres	36.670	37.569
Comunicações	11.820	9.082
Deslocações, estadas e representações	3.104	3.333
Publicidade	7.875	10.462
Conservação e reparação	9.745	9.197
Cartões e crédito imobiliário	4.712	3.147
Estudos e consultas	4.223	2.944
Informática	5.215	6.053
<i>Outsourcing</i> e trabalho independente	21.100	21.153
Outros serviços especializados	7.923	7.610
Formação do pessoal	499	451
Seguros	4.196	4.396
Contencioso	2.911	2.272
Transportes	2.716	2.523
Outros fornecimentos e serviços	10.994	12.561
	<u>141.348</u>	<u>139.408</u>

12. Amortizações do período

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
<i>Ativos intangíveis:</i>		
<i>Software</i>	3.786	3.888
Outros ativos intangíveis	108	85
	<u>3.894</u>	<u>3.973</u>
<i>Outros ativos tangíveis:</i>		
Imóveis	9.116	11.069
Equipamento		
Mobiliário	979	1.132
Máquinas	647	718
Equipamento informático	3.617	4.467
Instalações interiores	1.023	1.003
Viaturas	722	797
Equipamento de segurança	627	647
Outros ativos tangíveis	853	1.022
	<u>17.584</u>	<u>20.855</u>
	<u>21.478</u>	<u>24.828</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

13. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Crédito concedido		
Reversão do período	(57)	(271)
	(57)	(271)
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	391.087	251.839
Reversão do período	(216.160)	(79.442)
Recuperações de crédito e de juros	(4.606)	(5.559)
	170.321	166.838
	170.264	166.567

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas determinadas de acordo com a avaliação da evidência objetiva de imparidade, conforme referida na política contabilística descrita na nota 1 c).

14. Imparidade de outros ativos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda		
Dotação do período	764	2.775
Reversão do período	(66)	(33)
Imparidade de ativos financeiros detidos até maturidade		
Dotação do período	118	-
	816	2.742

15. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência		
Dotação do período	183	191
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do período	11.708	5.065
Reversão do período	(5.449)	(3.198)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do período	2.075	1.859
Reversão do período	(4)	(393)
	8.513	3.524

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

16. Resultados por equivalência patrimonial

Os principais contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial são analisados como segue:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
Grupo Millenniumbcp Ageas	15.814	18.437
Outras empresas	(2.963)	(1.707)
	<u>12.851</u>	<u>16.730</u>

17. Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos

A rubrica Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos corresponde às menos valias decorrentes da venda e reavaliações de ativos detidos pelo Grupo e classificados como ativos não correntes detidos para venda.

18. Impostos

Os impostos sobre os lucros são analisados como segue:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
Impostos correntes	(20.997)	(25.291)
Impostos diferidos		
Criação e reversão de diferenças temporárias	(90.138)	(9.430)
Efeito de alterações de taxa	-	53.754
Prejuízos fiscais reconhecidos / (utilizados)	78.945	(33.795)
	<u>(11.193)</u>	<u>10.529</u>
	<u>(32.190)</u>	<u>(14.762)</u>

A reconciliação da taxa efetiva é analisada como segue:

	mar 2012		mar 2011	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		91.490		123.639
Taxa de imposto corrente	29,0%	(26.532)	29,0%	(35.845)
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro				
e na Região Autónoma da Madeira	-4,1%	3.787	-3,7%	4.531
Acréscimos para efeitos de apuramento do lucro tributável	20,1%	(18.345)	2,1%	(2.648)
Deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável	-12,3%	11.274	-15,3%	18.882
Benefícios fiscais não reconhecidos em resultados	-3,1%	2.857	-1,5%	1.797
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados / reconhecidos	0,3%	(310)	0,7%	(900)
Efeito de impostos diferidos não reconhecidos anteriormente	-0,4%	388	0,0%	-
Diferença de taxa no imposto diferido	3,7%	(3.340)	0,0%	1
Correções de anos anteriores	0,2%	(217)	0,2%	(216)
(Tributação autónoma) / Créditos fiscais	1,9%	(1.752)	0,3%	(364)
	<u>35,3%</u>	<u>(32.190)</u>	<u>11,8%</u>	<u>(14.762)</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

19. Resultado por ação

Os resultados por ação são calculados da seguinte forma:

	mar 2012	mar 2011
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	40.759	90.099
Dividendos de outros instrumentos de capital	(2.149)	(24.485)
Resultado líquido ajustado	38.610	65.614
Nº médio de ações	7.203.634.818	5.053.639.458
Resultado por ação básico (Euros)	0,02	0,05
Resultado por ação diluído (Euros)	0,02	0,05

Em junho de 2011 concretizou-se o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986, resultante de:

(i) Euros 120.400.000, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal;

(ii) Euros 990.147.000, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal que resultaram na conversão da maioria das emissões de valores mobiliários perpétuos;

(iii) Euros 259.852.986, através da emissão de 721.813.850 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de Euros 0,36, com reserva de preferência dos acionistas, no exercício dos respetivos direitos legais de preferência.

De acordo com o estabelecido no Decreto-lei nº 49/2010 de 19 de maio, que veio permitir que o capital social de uma sociedade anónima possa ser representado por ações sem valor nominal, a Assembleia Geral Anual de acionistas aprovou que o capital social passasse a ser representado por ações sem valor nominal.

O número médio de ações acima indicado resultou do número de ações existentes no início de cada ano, ajustado pelo número de ações readquiridas ou emitidas no período, depois de ponderado pelo fator tempo. No decurso do exercício de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. emitiu três tranches do seu programa de Valores mobiliários perpétuos que, em termos agregados totalizam Euros 1.000.000.000, os quais, face às suas características, devem ser considerados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 h), como instrumentos de capital nos termos da IAS 32.

A rubrica Dividendos de outros instrumentos de capital inclui os dividendos distribuídos das seguintes emissões:

a) Duas emissões efetuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 ações preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de junho de 2004, destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de ações preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de junho de 1999.

- 10.000 ações preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de outubro de 2005 destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de ações preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de setembro de 2000.

b) Três emissões de Valores mobiliários perpétuos analisados conforme segue:

- Em junho de 2009, conforme referido na nota 42, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

- Em agosto de 2009, conforme referido na nota 42, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

- Em dezembro de 2009, conforme referido na nota 42, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

Estas emissões foram trocadas no âmbito da oferta pública de troca de Valores mobiliários perpétuos por ações, efetuada em 2011. O valor não trocado ascende a Euros 9.853.000. em 31 de março de 2012.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

20. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012 Euros '000	dez 2011 Euros '000
Caixa	577.751	691.144
Bancos centrais	1.306.171	1.424.801
	<u>1.883.922</u>	<u>2.115.945</u>

A rubrica Bancos centrais inclui o saldo junto dos bancos centrais dos países em que o Grupo opera, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efetivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as diretrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

21. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012 Euros '000	dez 2011 Euros '000
Em instituições de crédito no país	3.078	2.970
Em instituições de crédito no estrangeiro	967.931	1.251.177
Valores a cobrar	159.651	323.263
	<u>1.130.660</u>	<u>1.577.410</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

22. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012 Euros '000	dez 2011 Euros '000
Aplicações no Banco de Portugal	-	600.008
Aplicações em outras instituições de crédito no país	504.166	846.856
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	1.862.096	1.466.731
	2.366.262	2.913.595
Crédito vencido - mais de 90 dias	1.779	1.836
	2.368.041	2.915.431
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	(2.322)	(2.416)
	<u>2.365.719</u>	<u>2.913.015</u>

Os movimentos da Imparidade para aplicações em instituições de crédito são analisados como segue:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	2.416	13.759
Transferências	(37)	-
Reversão do período	(57)	(271)
Saldo em 31 de março	<u>2.322</u>	<u>13.488</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

23. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao setor público	1.377.225	712.224
Crédito com garantias reais	43.296.509	43.337.792
Crédito com outras garantias	10.422.655	10.944.941
Crédito sem garantias	3.787.697	3.658.828
Crédito sobre o estrangeiro	3.858.719	3.835.789
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.116.044	1.286.609
Capital em locação	4.165.955	4.280.611
	<u>68.024.804</u>	<u>68.056.794</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	316.945	280.211
Crédito vencido - mais de 90 dias	<u>3.597.714</u>	<u>3.196.072</u>
	71.939.463	71.533.077
Imparidade para riscos de crédito	<u>(3.609.076)</u>	<u>(3.487.542)</u>
	<u>68.330.387</u>	<u>68.045.535</u>

Em 31 de março de 2012, a rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 10.464.156.000 (31 de dezembro 2011: Euros 10.508.017.000) relativo a créditos afetos a sete emissões de obrigações hipotecárias realizadas pelo Grupo.

O Banco de Investimento Imobiliário, S.A. procedeu durante o exercício de 2011, à emissão de uma operação de obrigações hipotecárias no montante de Euros 1.000.000.000 com prazo de 3 anos. A referida emissão ocorreu em 19 de janeiro de 2011 e tem uma taxa de juro de Euribor 1M+0,75%. Adicionalmente, o Banco Comercial Português, S.A. procedeu durante o exercício de 2010, à emissão de três operações de obrigações hipotecárias no montante de Euros 1.750.000.000, Euros 1.000.000.000 e Euros 1.000.000.000 com prazos de 3, 10 e 8 anos e 6 meses, respetivamente. As emissões ocorreram em maio, julho e outubro de 2010 e tiveram taxas de juro de Euribor 1M+0,75%, Euribor 1M+0,8% e Euribor 1M+0,75%, respetivamente.

No âmbito da gestão do risco de liquidez, o Grupo possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem algumas operações de créditos a clientes.

A análise do crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
<i>Crédito não titulado</i>		
Crédito por desconto de efeitos	462.243	533.231
Crédito em conta corrente	4.106.069	4.502.604
Descobertos em depósitos à ordem	1.915.155	1.867.652
Empréstimos	20.930.465	19.994.269
Crédito imobiliário	31.899.011	32.036.068
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.116.044	1.286.609
Capital em locação	4.165.955	4.280.611
	<u>64.594.942</u>	<u>64.501.044</u>
<i>Crédito titulado</i>		
Papel comercial	1.830.959	1.741.120
Obrigações	<u>1.598.903</u>	<u>1.814.630</u>
	3.429.862	3.555.750
	68.024.804	68.056.794
Crédito vencido - menos de 90 dias	316.945	280.211
Crédito vencido - mais de 90 dias	<u>3.597.714</u>	<u>3.196.072</u>
	71.939.463	71.533.077
Imparidade para riscos de crédito	<u>(3.609.076)</u>	<u>(3.487.542)</u>
	<u>68.330.387</u>	<u>68.045.535</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

A análise do crédito a clientes, por setor de atividade, é a seguinte:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	599.193	644.293
Indústrias extrativas	177.646	434.327
Alimentação, bebidas e tabaco	613.706	521.473
Têxteis	570.203	491.557
Madeira e cortiça	239.065	229.143
Papel, artes gráficas e editoras	333.500	294.543
Químicas	798.574	833.055
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.044.561	1.177.560
Eletricidade, água e gás	1.094.147	951.045
Construção	4.451.602	4.991.080
Comércio a retalho	1.570.116	1.669.000
Comércio por grosso	2.477.482	2.584.655
Restaurantes e hotéis	1.633.001	1.411.024
Transportes e comunicações	2.081.140	1.846.405
Serviços	16.096.766	14.802.022
Crédito ao consumo	4.456.966	4.496.917
Crédito hipotecário	30.253.941	30.308.497
Outras atividades nacionais	1.362.158	886.812
Outras atividades internacionais	2.085.696	2.959.669
	71.939.463	71.533.077
Imparidade para riscos de crédito	(3.609.076)	(3.487.542)
	<u>68.330.387</u>	<u>68.045.535</u>

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	Tradicionais	
	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Crédito hipotecário	6.353.991	6.392.175
Crédito ao consumo	387.743	417.771
Leasing	929.017	992.600
Empréstimos a empresas	4.483.177	4.620.819
	<u>12.153.928</u>	<u>12.423.365</u>

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Valor bruto	4.953.599	5.300.269
Juros ainda não devidos	<u>(787.644)</u>	<u>(1.019.658)</u>
Valor líquido	<u>4.165.955</u>	<u>4.280.611</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

A carteira de crédito a clientes inclui créditos que foram objeto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por setores da atividade é a seguinte:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	9.192	7.221
Indústrias extrativas	646	798
Alimentação, bebidas e tabaco	6.162	5.590
Têxteis	3.114	3.155
Madeira e cortiça	11.561	12.297
Papel, artes gráficas e editoras	1.728	1.673
Químicas	645	733
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	42.039	31.988
Eletricidade, água e gás	2.451	3.168
Construção	36.434	45.256
Comércio a retalho	22.477	18.076
Comércio por grosso	47.411	55.622
Restaurantes e hotéis	3.059	3.441
Transportes e comunicações	16.511	10.138
Serviços	227.443	222.727
Crédito ao consumo	279.952	256.712
Crédito hipotecário	279.905	254.593
Outras atividades nacionais	106	197
Outras atividades internacionais	2.568	3.300
	993.404	936.685

A análise do crédito vencido por setores de atividade é a seguinte:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	39.756	60.622
Indústrias extrativas	11.014	8.749
Alimentação, bebidas e tabaco	79.110	76.328
Têxteis	55.682	51.128
Madeira e cortiça	27.102	28.520
Papel, artes gráficas e editoras	22.552	20.883
Químicas	15.062	19.356
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	106.253	100.655
Eletricidade, água e gás	1.917	2.874
Construção	1.123.221	708.428
Comércio a retalho	132.014	120.470
Comércio por grosso	317.880	292.686
Restaurantes e hotéis	172.877	149.387
Transportes e comunicações	74.663	58.294
Serviços	704.038	795.634
Crédito ao consumo	730.799	666.543
Crédito hipotecário	255.250	239.137
Outras atividades nacionais	29.539	21.789
Outras atividades internacionais	15.930	54.800
	3.914.659	3.476.283

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	mar 2012	mar 2011
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de janeiro	3.487.542	2.505.886
Transferências	(3.140)	(222)
Dotação do período	391.087	251.839
Reversão do período	(216.160)	(79.442)
Utilização de imparidade	(60.393)	(43.003)
Diferenças cambiais	10.140	(9.786)
Saldo em 31 de março	<u>3.609.076</u>	<u>2.625.272</u>

Se o valor de uma perda por imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objetivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

A análise da imparidade por setores de atividade é a seguinte:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	63.672	65.288
Indústrias extrativas	10.367	6.726
Alimentação, bebidas e tabaco	64.281	55.707
Têxteis	41.565	40.731
Madeira e cortiça	30.309	23.097
Papel, artes gráficas e editoras	34.138	34.717
Químicas	32.498	13.994
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	99.684	108.624
Eletricidade, água e gás	7.194	3.817
Construção	579.435	388.794
Comércio a retalho	97.544	90.795
Comércio por grosso	240.351	248.366
Restaurantes e hotéis	100.987	86.397
Transportes e comunicações	70.266	66.641
Serviços	1.055.979	964.474
Crédito ao consumo	565.556	549.750
Crédito hipotecário	257.864	257.238
Outras atividades nacionais	23.575	10.531
Outras atividades internacionais	233.811	471.855
	<u>3.609.076</u>	<u>3.487.542</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

A anulação de crédito por utilização de imparidade analisada por setor de atividade é a seguinte:

	mar 2012	mar 2011
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	1.248	1.098
Indústrias extrativas	2.079	-
Alimentação, bebidas e tabaco	827	750
Têxteis	1.258	158
Madeira e cortiça	805	2.716
Papel, artes gráficas e editoras	391	160
Químicas	29	92
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	899	3.943
Construção	8.754	2.490
Comércio a retalho	573	264
Comércio por grosso	7.009	3.065
Restaurantes e hotéis	825	3.236
Transportes e comunicações	812	345
Serviços	3.192	1.325
Crédito ao consumo	23.171	5.497
Crédito hipotecário	697	170
Outras atividades nacionais	196	8
Outras atividades internacionais	7.628	17.686
	60.393	43.003

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c), a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas fiáveis de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. A referida anulação é realizada pela utilização de perdas por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A recuperação de créditos e de juros, efetuada no decorrer do primeiro trimestre de 2012 e 2011, analisada por setores de atividade, é a seguinte:

	mar 2012	mar 2011
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	153	2
Indústrias extrativas	23	1
Alimentação, bebidas e tabaco	11	20
Têxteis	421	602
Madeira e cortiça	209	3
Papel, artes gráficas e editoras	78	77
Químicas	39	25
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	72	85
Eletricidade, água e gás	7	-
Construção	135	857
Comércio a retalho	110	207
Comércio por grosso	1.615	1.717
Restaurantes e hotéis	7	4
Transportes e comunicações	37	11
Serviços	514	1.385
Crédito ao consumo	1.123	556
Crédito hipotecário	-	2
Outras atividades nacionais	51	3
Outras atividades internacionais	1	2
	4.606	5.559

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

24. Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	4.591.913	4.283.378
De outros emissores	2.256.270	1.034.084
	6.848.183	5.317.462
Títulos vencidos	4.937	4.927
Imparidade para títulos vencidos	(4.925)	(4.925)
	6.848.195	5.317.464
Ações e outros títulos de rendimento variável	311.529	282.318
	7.159.724	5.599.782
Derivados de negociação	1.172.880	1.319.662
	8.332.604	6.919.444

A análise dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, líquida de imparidade, por tipo, em 31 de março de 2012 é a seguinte:

	Títulos		
	Negociação	Disponíveis	Total
	Euros '000	para venda	Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	109.523	1.078.262	1.187.785
Estrangeiros	299.113	782.608	1.081.721
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	12.409	331.596	344.005
Estrangeiros	76.864	590.003	666.867
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	374.359	1.948.048	2.322.407
Papel comercial	-	1.250.335	1.250.335
	872.268	5.980.852	6.853.120
Títulos de rendimento variável:			
Ações de empresas			
Nacionais	4.679	76.062	80.741
Estrangeiras	14.991	23.213	38.204
Unidades de participação	516	191.357	191.873
Outros títulos	711	-	711
	20.897	290.632	311.529
Imparidade para títulos vencidos	-	(4.925)	(4.925)
	893.165	6.266.559	7.159.724
Derivados de negociação	1.172.880	-	1.172.880
	2.066.045	6.266.559	8.332.604

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respetivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 44. A reserva de justo valor no montante negativo de Euros 331.702.000 é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 62.384.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

A análise dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, líquida de imparidade, por tipo, em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

	Títulos		Total
	Negociação	Disponíveis	
	Euros '000	para venda	Euros '000
		Euros '000	
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	77.476	939.681	1.017.157
Estrangeiros	104.568	549.376	653.944
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	37.865	347.215	385.080
Estrangeiros	76.164	577.767	653.931
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	499.738	2.112.539	2.612.277
	<u>795.811</u>	<u>4.526.578</u>	<u>5.322.389</u>
Títulos de rendimento variável:			
Ações de empresas			
Nacionais	4.741	66.972	71.713
Estrangeiras	24.846	41.348	66.194
Unidades de participação	270	144.141	144.411
	<u>29.857</u>	<u>252.461</u>	<u>282.318</u>
Imparidade para títulos vencidos	-	(4.925)	(4.925)
	825.668	4.774.114	5.599.782
Derivados de negociação	1.319.662	-	1.319.662
	<u>2.145.330</u>	<u>4.774.114</u>	<u>6.919.444</u>

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respetivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 44. A reserva de justo valor no montante negativo de Euros 471.254.000 é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 62.272.000.

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por setor de atividade, à data de 31 de março de 2012 é a seguinte:

	Obrigações	Ações	Outros Ativos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
			Euros '000	Euros '000	Euros '000
Alimentação, bebidas e tabaco	-	2	-	12	14
Têxteis	-	48	-	-	48
Madeira e cortiça	-	501	-	361	862
Papel, artes gráficas e editoras	39	93	-	998	1.130
Químicas	-	2.546	-	-	2.546
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	64	-	-	64
Eletricidade, água e gás	148.966	635	-	-	149.601
Construção	-	1.804	-	2.560	4.364
Comércio a retalho	-	42	-	-	42
Comércio por grosso	-	1.190	-	475	1.665
Restaurantes e hotéis	-	71	-	-	71
Transportes e comunicações	33.144	9.897	-	529	43.570
Serviços	2.054.977	101.973	186.107	2	2.343.059
Outras atividades nacionais	19.144	16	6.477	-	25.637
Outras atividades internacionais	-	63	-	-	63
	<u>2.256.270</u>	<u>118.945</u>	<u>192.584</u>	<u>4.937</u>	<u>2.572.736</u>
Títulos Públicos	2.269.506	-	2.322.407	-	4.591.913
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.925)	(4.925)
	<u>4.525.776</u>	<u>118.945</u>	<u>2.514.991</u>	<u>12</u>	<u>7.159.724</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por setor de atividade, à data de 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

	Obrigações	Ações	Outros Ativos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Alimentação, bebidas e tabaco	-	3	-	2	5
Têxteis	-	1	-	-	1
Madeira e cortiça	-	501	-	361	862
Papel, artes gráficas e editoras	86	15.281	-	998	16.365
Químicas	-	7.625	-	-	7.625
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	185	-	-	185
Eletricidade, água e gás	154.713	1.118	-	-	155.831
Construção	9.472	1.960	-	2.560	13.992
Comércio a retalho	-	437	-	-	437
Comércio por grosso	-	1.205	-	475	1.680
Restaurantes e hotéis	-	51	-	-	51
Transportes e comunicações	23.350	774	-	529	24.653
Serviços	821.002	108.710	144.411	2	1.074.125
Outras atividades internacionais	25.461	56	-	-	25.517
	<u>1.034.084</u>	<u>137.907</u>	<u>144.411</u>	<u>4.927</u>	<u>1.321.329</u>
Títulos Públicos	1.671.101	-	2.612.277	-	4.283.378
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.925)	(4.925)
	<u>2.705.185</u>	<u>137.907</u>	<u>2.756.688</u>	<u>2</u>	<u>5.599.782</u>

25. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Instrumentos de cobertura		
Ativo:		
<i>Swaps</i>	470.898	495.879
Futuros	625	-
	<u>471.523</u>	<u>495.879</u>
Passivo:		
<i>Swaps</i>	<u>376.021</u>	<u>508.032</u>

26. Ativos financeiros detidos até à maturidade

A rubrica de Ativos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2.295.387	3.011.692
De outros emissores	<u>1.612.727</u>	<u>2.681.153</u>
	3.908.114	5.692.845
Imparidade para títulos	-	(532.665)
	<u>3.908.114</u>	<u>5.160.180</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

A análise por setor de atividade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, líquido de imparidade, incluídos na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, é a seguinte:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Transportes e comunicações	171.693	170.333
Serviços	1.441.034	2.510.819
	1.612.727	2.681.152
Títulos Públicos	2.295.387	2.479.028
	3.908.114	5.160.180

No âmbito da gestão do risco de liquidez, o Grupo possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem títulos de rendimento fixo incluídos nesta carteira.

27. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Instituições de crédito residentes	24.180	24.863
Instituições de crédito não residentes	24.700	24.104
Outras empresas residentes	328.065	247.053
Outras empresas não residentes	9.497	9.055
	386.442	305.075

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Banque BCP, S.A.S.	20.235	19.696
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	4.465	4.408
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	312.994	233.441
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	13.568	13.312
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	24.179	24.863
Outras	11.001	9.355
	386.442	305.075

Estes investimentos referem-se a entidades cujas ações não se encontram admitidas à negociação em Bolsa, sendo consolidados pelo método de equivalência patrimonial. O valor de investimento na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador corresponde à participação de 49% no capital da Companhia. A relação das empresas que integram o perímetro do Grupo é apresentada na nota 50.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

28. Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Subsidiárias adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo	48.865	48.884
Imóveis e outros ativos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	1.317.159	1.352.995
	1.366.024	1.401.879
Imparidade	(269.247)	(297.229)
	1.096.777	1.104.650

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 k).

A rubrica Subsidiárias adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo corresponde a duas sociedades imobiliárias adquiridas pelo Grupo no âmbito de reestruturações de exposições creditícias e que o Grupo pretendia alienar no prazo de um ano. No entanto, face às atuais condições de mercado não foi possível concretizar essas alienações no prazo esperado. Até ao momento da venda, o Grupo continua a consolidar em reservas e resultados as variações ocorridas na situação patrimonial das subsidiárias.

A rubrica Imóveis e outros ativos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes e inclui operações resultantes da (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respetiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Banco; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

Os referidos ativos estão disponíveis para venda num prazo inferior a um ano, tendo o Grupo uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às atuais condições de mercado, não é possível em algumas situações, concretizar essas alienações no prazo esperado.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos-promessa de compra e venda no montante de Euros 103.958.000 (31 de dezembro 2011: Euros 108.871.000).

29. Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento inclui o montante de Euros 552.099.000 (31 de dezembro de 2011: Euros 550.237.000) relativos a imóveis detidos pelo Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária, Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Oceânico II, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Stone Capital, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Sand Capital, Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gestimo e Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Intercapital, que são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Os imóveis encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r).

30. Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Imóveis	960.335	960.072
Equipamento		
Mobiliário	98.281	98.511
Máquinas	55.393	53.291
Equipamento informático	312.311	311.571
Instalações interiores	146.528	146.022
Viaturas	19.516	20.749
Equipamento de segurança	84.058	84.140
Obras em curso	92.662	96.710
Outros ativos tangíveis	44.986	48.073
	1.814.070	1.819.139
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(17.584)	(80.482)
Relativas a períodos anteriores	(1.188.059)	(1.114.058)
	(1.205.643)	(1.194.540)
	608.427	624.599

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

31. Goodwill e ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
<i>Ativos intangíveis</i>		
Software	130.170	142.871
Outros ativos intangíveis	56.486	53.741
	<u>186.656</u>	<u>196.612</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(3.894)	(15.628)
Relativas a períodos anteriores	(147.856)	(144.172)
	<u>(151.750)</u>	<u>(159.800)</u>
	<u>34.906</u>	<u>36.812</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação (Goodwill)</i>		
Millennium Bank, Societé Anonyme (Grécia)	294.260	294.260
Bank Millennium, S.A. (Polónia)	164.040	164.040
Negócio de promoção imobiliária e crédito hipotecário	40.859	40.859
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	7.436	7.436
Outros	15.595	15.638
	<u>522.190</u>	<u>522.233</u>
<i>Imparidade</i>		
Millennium Bank, Societé Anonyme (Grécia)	(294.260)	(294.260)
Outros	(13.519)	(13.519)
	<u>(307.779)</u>	<u>(307.779)</u>
	<u>214.411</u>	<u>214.454</u>
	<u>249.317</u>	<u>251.266</u>

32. Ativos e Passivos por impostos diferidos

Ativos e passivos por impostos diferidos foram gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	mar 2012		dez 2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Ativos intangíveis	59	-	59	-
Outros ativos tangíveis	4.597	3.884	4.014	3.813
Perdas por imparidade	575.604	4.373	629.060	4.025
Benefícios a empregados	584.887	-	606.027	-
Ativos financeiros disponíveis para venda (AFS)	103.731	45.234	143.663	73.486
Derivados	-	3.110	-	3.312
Imputação de lucros	80.107	-	78.760	-
Prejuízos fiscais reportáveis	285.817	-	253.166	-
Outros	62.170	100.142	39.134	104.709
	<u>1.696.972</u>	<u>156.743</u>	<u>1.753.883</u>	<u>189.345</u>
Ativos por impostos diferidos	<u>1.540.229</u>		<u>1.564.538</u>	
Perdas por imparidade	-	1.731	-	1.917
Ativos financeiros disponíveis para venda (AFS)	297	336	405	1.479
Outros	1.045	524	1.132	526
	<u>1.342</u>	<u>2.591</u>	<u>1.537</u>	<u>3.922</u>
Passivos por impostos diferidos		<u>1.249</u>		<u>2.385</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>1.538.980</u>		<u>1.562.153</u>	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

33. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Devedores	316.929	540.751
Valores a cobrar	15.576	20.413
Outros impostos a recuperar	110.713	110.816
Bonificações a receber	22.082	20.154
Associadas	2.087	1.943
Juros e outros proveitos a receber	44.069	34.030
Despesas antecipadas	31.308	29.006
Operações sobre títulos a receber	260.125	566.814
Valores a debitar a clientes	121.596	147.398
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.218	3.188
Contas diversas	258.616	398.723
	1.187.319	1.873.236
Imparidade para outros ativos	(69.448)	(82.586)
	1.117.871	1.790.650

34. Depósitos de instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Depósitos de bancos centrais	15.062.319	13.670.434
Depósitos de outras instituições de crédito no país	372.146	1.087.311
Depósitos de instituições de crédito no estrangeiro	3.319.806	2.965.674
	18.754.271	17.723.419

35. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Depósitos para com clientes		
Depósitos à ordem	13.871.190	13.800.706
Depósitos a prazo	33.779.817	31.976.867
Depósitos de poupança	1.379.918	1.342.413
Bilhetes do Tesouro e outros ativos		
com acordo de recompra	99.894	113.847
outros	395.469	282.277
	49.526.288	47.516.110

Nos termos da lei, o Fundo de Garantia de Depósitos tem por finalidade garantir o reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 11/94.

36. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Empréstimos obrigacionistas	14.462.050	14.699.586
Papel comercial	-	1.439.407
Outros	98.765	97.209
	14.560.815	16.236.202

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

37. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012 Euros '000	dez 2011 Euros '000
Derivados		
<i>FRA</i>	9	27
<i>Swaps</i>	1.125.677	1.298.411
<i>Forwards</i> sobre instrumentos de dívida	546	2.601
Opções	36.729	29.739
Derivados embutidos	22.640	11.351
<i>Forwards</i>	9.306	13.250
Outros	70.872	123.301
	<u>1.265.779</u>	<u>1.478.680</u>

38. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012 Euros '000	dez 2011 Euros '000
Depósitos de instituições de crédito	15.516	14.510
Depósitos de clientes	6.534	5.834
Empréstimos obrigacionistas	293.718	2.558.646
	<u>315.768</u>	<u>2.578.990</u>

39. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012 Euros '000	dez 2011 Euros '000
Provisão para garantias e outros compromissos	109.840	100.708
Provisões técnicas da atividade seguradora:		
De seguro direto e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	14.886	13.663
Matemática do ramo vida	51.741	56.039
Para participação nos resultados	2.537	2.866
Outras provisões técnicas	8.395	9.095
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	3.951	3.768
Outras provisões para riscos e encargos	61.482	59.961
	<u>252.832</u>	<u>246.100</u>

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	mar 2012 Euros '000	mar 2011 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	100.708	80.906
Transferências	2.836	-
Dotação do período	11.708	5.065
Reversão do período	(5.449)	(3.198)
Diferenças cambiais	37	(276)
	<u>109.840</u>	<u>82.497</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

40. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012 Euros '000	dez 2011 Euros '000
Obrigações	1.160.119	1.146.543
	<u>1.160.119</u>	<u>1.146.543</u>

Em 31 de março de 2012, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Obrigações não perpétuas</i>					
Banco Comercial Português:					
Mbcp Ob Cx Sub 1 Serie 2008-2018	setembro, 2008	setembro, 2018	Ver referência (i)	252.906	252.906
Mbcp Ob Cx Sub 2 Serie 2008-2018	outubro, 2008	outubro, 2018	Ver referência (i)	71.699	71.699
Bcp Ob Sub jun 2020 - Emtn 727	junho, 2010	junho, 2020	Ver referência (ii)	87.992	90.702
Bcp Ob Sub ago 2020 - Emtn 739	agosto, 2010	agosto, 2020	Ver referência (iii)	54.174	56.252
Bcp Ob Sub mar 2021 - Emtn 804	março, 2011	março, 2021	Ver referência (iv)	114.000	114.000
Bcp Ob Sub abr 2021 - Emtn 809	abril, 2011	abril, 2021	Ver referência (iv)	64.100	64.100
Bcp Ob Sub 3S abr 2021 - Emtn 812	abril, 2011	abril, 2021	Ver referência (iv)	35.000	35.000
Bcp Sub 11/25.08.2019 - Emtn 823	agosto, 2011	agosto, 2019	Taxa fixa de 6,383%	7.500	7.793
Bcp Subord set 2019 - Emtn 826	outubro, 2011	setembro, 2019	Taxa fixa de 9,310%	50.000	44.305
Bcp Subord nov 2019 - Emtn 830	novembro, 2011	novembro, 2019	Taxa fixa de 8,519%	40.000	33.187
Bcp Subord nov 2019 - Emtn 833	dezembro, 2011	dezembro, 2019	Taxa fixa de 7,150%	26.600	20.027
Mill Bcp Subord jan 2020 - Emtn 834	janeiro, 2012	janeiro, 2020	Taxa fixa de 7,010%	14.000	9.865
Bank Millennium:					
Bank Millennium 2007	dezembro, 2007	dezembro, 2017	Taxa fixa de 6,337%	150.340	150.340
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 2004	dezembro 2004	dezembro 2014	Ver referência (v)	15.000	14.987
BCP Finance Bank:					
BCP Fin Bank Ltd EMTN - 295	dezembro 2006	dezembro 2016	Ver referência (vi)	71.209	71.192
BCP Fin Bank Ltd EMTN - 828	outubro, 2011	outubro, 2021	Taxa fixa de 13,000%	79.500	49.329
Magellan No. 3:					
Magellan No. 3 Series 3 Class F	junho, 2005	maio, 2058	-	44	44
					1.085.728
<i>Obrigações perpétuas</i>					
BCP - Euro 200 milhões	junho, 2002	-	Ver referência (vii)	85	39
BPA 1997	junho, 1997	-	Euribor 3M + 0,950%	34.915	34.915
TOPS BPSM 1997	dezembro, 1997	-	Euribor 6M + 0,900%	22.046	22.713
BCP Leasing 2001	dezembro, 2001	-	Ver referência (viii)	4.986	4.986
					62.653
<i>Periodificações</i>					
					11.738
					1.160.119

Referências :

- (i) - 1º ano 6,000%; 2º ao 5º ano Euribor 6M + 1,000%; 6º ano e seguintes Euribor 6M + 1,400%;
- (ii) - Até ao 5º ano taxa fixa de 3,250%; 6º ano e seguintes Euribor 6M + 1,000%;
- (iii) - 1º ano 3,000%; 2º ano 3,250%; 3º ano 3,500%; 4º ano 4,000%; 5º ano 5,000%; 6º ano e seguintes Euribor 6M + 1,250% ;
- (iv) - Euribor 3M + 3,750%
- (v) - Até 10º cupão Euribor 6M + 0,400%; Após 10º cupão Euribor 6M + 0,900%;
- (vi) - Euribor 3M + 0,300% (0,800% a partir de dezembro 2011);
- (vii) - Até 40º cupão 6,131%; Após 40º cupão Euribor 3M + 2,400%;
- (viii) - Até 40º cupão Euribor 3M + 1,750%; Após 40º cupão Euribor 3M + 2,250%.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

41. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012 Euros '000	dez 2011 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	27.338	49.000
Por contratos de <i>factoring</i>	4.357	2.839
Associadas	2	457
Outros credores	380.777	423.983
Setor Público Administrativo	84.448	74.125
Juros e outros custos a pagar	94.687	83.948
Receitas antecipadas	5.856	8.948
Férias e subsídios de férias a pagar	60.414	75.863
Outros custos administrativos a pagar	1.513	2.214
Operações sobre títulos a liquidar	90.550	316.625
Contas diversas	492.691	609.206
	<u>1.242.633</u>	<u>1.647.208</u>

42. Capital, ações preferenciais e outros instrumentos de capital

O capital social do Banco é de Euros 6.064.999.986 representado por 7.207.167.060 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

Em junho de 2011 concretizou-se o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986, resultante de:

(i) Euros 120.400.000, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal;

(ii) Euros 990.147.000, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal que resultaram na conversão da maioria das emissões de valores mobiliários perpétuos;

(iii) Euros 259.852.986, através da emissão de 721.813.850 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de Euros 0,36, com reserva de preferência dos acionistas, no exercício dos respetivos direitos legais de preferência.

De acordo com o estabelecido no Decreto-lei nº 49/2010 de 19 de maio, que veio permitir que o capital social de uma sociedade anónima possa ser representado por ações sem valor nominal, a Assembleia Geral Anual de Acionistas aprovou que o capital social passasse a ser representado por ações sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor das ações preferenciais correspondia a duas emissões efetuadas pelo BCP Finance Company e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 ações preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de junho de 2004, destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de ações preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de junho de 1999.

- 10.000 ações preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de outubro de 2005 destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de ações preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de setembro de 2000.

No âmbito da operação de troca de emissões, a maioria das ações preferenciais foram trocadas por novos instrumentos de dívida.

No decurso do exercício de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. emitiu três tranches do seu programa de Valores mobiliários perpétuos, os quais, face às suas características, são considerados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 h), como instrumentos de capital nos termos da IAS 32. As três tranches emitidas em 2009 são analisadas como segue:

- Em junho de 2009, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.

- Em agosto de 2009, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.

- Em dezembro de 2009, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.

No âmbito do aumento de capital acima referido, a maioria das emissões de valores mobiliários perpétuos foram convertidos em ações ordinárias.

43. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Acionistas do dia 18 de abril de 2011, o Banco reforçou a sua reserva legal no montante de Euros 30.064.794.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 20% dos lucros líquidos anuais, dependendo da atividade económica.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

44. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Outro rendimento integral:		
Perdas atuariais do período (efeito líquido de impostos)	(1.710.015)	(1.710.015)
Diferença cambial de consolidação	(90.195)	(118.242)
Reservas de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(331.702)	(471.254)
Cobertura de fluxos de caixa	(13.080)	12.126
Impostos		
Ativos financeiros disponíveis para venda	50.013	71.972
Cobertura de fluxos de caixa	2.485	(2.304)
	<u>(2.092.494)</u>	<u>(2.217.717)</u>
Outras reservas e resultados acumulados:		
Reserva legal	476.107	476.107
Reserva estatutária	30.000	30.000
Outras reservas e resultados acumulados	2.281.091	3.129.723
<i>Goodwill</i> resultante da consolidação	(2.883.580)	(2.883.580)
Outras reservas de consolidação	(166.937)	(165.483)
	<u>(263.319)</u>	<u>586.767</u>

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 43. As Reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos Ativos financeiros detidos para venda e da Cobertura de fluxos de caixa em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A rubrica Reserva estatutária corresponde a uma reserva para estabilização de dividendos que, de acordo com os estatutos da sociedade, é distribuível.

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010, uma correção de Euros 1.308.053.000 (efeito líquido de impostos diferidos) resultante da decisão do Conselho de Administração Executivo de alterar a política contabilística relativa ao reconhecimento dos desvios atuariais.

A rubrica Outro rendimento integral inclui proveitos e custos que de acordo com o definido nas IAS/IFRS, são reconhecidos nos capitais próprios.

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados incluía em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 440.435.000 de impacto positivo da operação de troca de ações preferenciais por novos instrumentos de dívida.

45. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	Ações do	Outros títulos	Total
	Banco Comercial	próprios	
	Português, S.A.		
mar 2012			
Valor de balanço (Euros '000)	3.760	7.688	11.448
Número de títulos	24.610.734	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,15		
dez 2011			
Valor de balanço (Euros '000)	3.803	7.619	11.422
Número de títulos	25.127.258	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,15		

As ações próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

(*) Esta rubrica inclui em 31 de março de 2012, inclui 20.672.662 ações (31 de dezembro de 2011: 20.695.482 ações) detidas por clientes e cuja aquisição foi financiada pelo Banco. Considerando que para os referidos clientes existe evidência de imparidade, à luz da IAS 39 as ações do Banco por eles detidas foram, apenas para efeitos contabilísticos e em respeito por esta norma, consideradas como ações próprias.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

46. Interesses que não controlam

Esta rubrica é analisada como segue:

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	mar 2012	dez 2011	mar 2012	mar 2011
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Bank Millennium, S.A.	376.868	354.789	6.723	8.336
BIM - Banco Internacional de Moçambique	108.415	109.645	7.880	7.026
Banco Millennium Angola, S.A.	84.415	83.999	4.212	3.437
Outras subsidiárias	(1.088)	(818)	(274)	(21)
	<u>568.610</u>	<u>547.615</u>	<u>18.541</u>	<u>18.778</u>

47. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Garantias e avales prestados	7.416.299	7.873.914
Garantias e avales recebidos	30.162.244	30.238.624
Compromissos perante terceiros	9.216.274	9.699.210
Compromissos assumidos por terceiros	16.089.593	13.483.634
Valores recebidos em depósito	117.140.959	121.083.525
Valores depositados na Central de Valores	136.800.477	132.002.341
Outras contas extrapatrimoniais	172.143.527	165.643.770

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	mar 2012	dez 2011
	Euros '000	Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	5.785.278	6.127.839
Cartas de crédito <i>stand-by</i>	336.337	293.015
Créditos documentários abertos	191.425	272.304
Fianças e indemnizações	<u>1.103.259</u>	<u>1.180.756</u>
	<u>7.416.299</u>	<u>7.873.914</u>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	58.079	28.328
Linhas de crédito irrevogáveis	2.162.258	2.145.275
Subscrição de títulos	46.577	48.024
Outros compromissos irrevogáveis	376.292	364.725
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	5.279.415	5.664.922
Facilidades em descobertos de conta	1.172.112	1.348.330
Outros compromissos revogáveis	<u>121.541</u>	<u>99.606</u>
	<u>9.216.274</u>	<u>9.699.210</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

As garantias e avais prestados podem estar relacionadas com operações de crédito, em que o Grupo presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

As cartas de crédito e os créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transações comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma, o risco de crédito destas transações encontra-se limitado, uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

Os compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à análise da evidência objetiva de imparidade tal como descrito na política contabilística 1 c). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito, não se preveem quaisquer perdas materiais nestas operações.

48. Factos relevantes ocorridos durante 2012

Oferta de recompra de obrigações hipotecárias

O Banco Comercial Português, S.A. ("Millennium bcp") informa que terminou no dia 23 de Março de 2012 a oferta de recompra destinada a detentores de obrigações hipotecárias das emissões, por si emitidas, a seguir identificadas:

- Emissão de Euros 1.500 milhões com vencimento em 22 de Junho de 2017 ("OH2017");
- Emissão de Euros 1.000 milhões com vencimento em 29 de Outubro de 2014 ("OH2014");
- Emissão de Euros 1.000 milhões com vencimento em 8 de Outubro de 2016 ("OH2016").

Os investidores transmitiram no total intenções de aceitação até € 918.650.000 (valor nominal), que foram integralmente aceites pelo Millennium bcp. A tabela abaixo indica os montantes transmitidos e aceites para cada uma das emissões:

- "OH2017" - Euros 467.500.000, correspondente a 9.350 obrigações hipotecárias
- "OH2014" - Euros 129.150.000, correspondente a 2.583 obrigações hipotecárias
- "OH2016" - Euros 322.000.000, correspondente a 6.440 obrigações hipotecárias

A oferta enquadrou-se no conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo Banco, destinadas à gestão da sua estrutura de financiamento e de capital.

A data de liquidação expectável é 29 de Março de 2012.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

49. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos operacionais

O relato por segmentos apresentado segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto na IFRS 8. Em conformidade com o modelo de gestão do Grupo BCP, o segmento primário corresponde aos segmentos utilizados para efeitos de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo. O Grupo BCP desenvolve um conjunto de atividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas e de *Private Banking* e *Asset Management*.

Caracterização dos Segmentos

O negócio da Banca de Retalho inclui a atividade de Retalho do Banco Comercial Português em Portugal, que atua como canal de distribuição dos produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo atua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam perspectivas de crescimento.

O Retalho em Portugal inclui: (i) a Rede de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes *Mass-market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes *Prestige* e Negócios; e (ii) o *ActivoBank*, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores.

O negócio da Banca de Empresas inclui o segmento Empresas em Portugal que funciona, no âmbito da estratégia de *cross-selling* do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento Corporate e Banca de Investimento.

O segmento Empresas em Portugal inclui: (i) a Rede de Empresas, que serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados; e (ii) a atividade da Direção de Negócio Imobiliário do Banco.

O segmento Corporate e Banca de Investimento inclui: (i) a Rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, na prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *Project finance*, *Corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *Equity research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a atividade da Direção Internacional do Banco.

O segmento *Private Banking* e *Asset Management*, para efeitos de segmentos geográficos, engloba a rede de *Private Banking* em Portugal e as subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento que operam em Portugal. Em termos de segmentos de negócio inclui também a atividade do Banque Privée BCP e do Millennium bcp Bank & Trust.

O segmento Negócios no Exterior, para efeitos de segmentos geográficos, engloba as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o Bank Millennium na Polónia, o Millennium Bank na Grécia, o Banque Privée BCP na Suíça, a Banca Millennium na Roménia, o BIM - Banco Internacional de Moçambique, o Banco Millennium Angola e o Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão. Para efeitos de segmentos de negócios, o segmento Negócios no Exterior contempla as diferentes operações do Grupo fora de Portugal anteriormente referidas com exceção do Banque Privée BCP na Suíça e do Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão que, neste âmbito, fazem parte do segmento de *Private Banking* e *Asset Management*.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas, na Grécia por uma operação centrada no Retalho e baseada na oferta de produtos inovadores e elevados níveis de serviço, na Suíça pelo Banque Privée BCP, uma operação de *Private Banking* de direito suíço e na Roménia por uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direcionado para clientes particulares e empresas, em Angola por um banco focado em clientes particulares, empresas e instituições do setor público e privado e nas Ilhas Caimão pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais na área de *Private Banking*, a clientes com elevado património financeiro (segmento *Affluent*).

Todos os outros negócios encontram-se refletidos no segmento Outros e incluem a gestão centralizada de participações financeiras, as atividades e operações de carácter corporativo não integradas nos restantes segmentos de negócio, nomeadamente a atividade de *Bancassurance*, uma *Joint-venture* com o Grupo Belga-Holandês Ageas, e outros valores não alocados aos segmentos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Atividade dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, refletindo também o impacto, ao nível do balanço e da demonstração de resultados, do processo de afetação de capital e de balanceamento de cada entidade, efetuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afetos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afeto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se em 2011 e em 2012, o IRB Advanced para riscos de crédito da carteira de Retalho e IRB Foundation para o crédito a empresas, em Portugal, exceto promotores imobiliários e entidades do sistema de rating simplificado. Adicionalmente, foi adotado o método standard para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. A afetação de capital a cada segmento, no primeiro trimestre de 2011 e de 2012, resultou da aplicação de 10% aos riscos geridos por cada um dos segmentos. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não determinando, contudo, alterações ao nível consolidado.

Os custos operacionais apurados para cada uma das áreas de negócio têm subjacente os montantes contabilizados diretamente nos centros de custo respetivos, por um lado, e os valores resultantes de processos internos de afetação de custos, por outro. A título de exemplo, integram o primeiro conjunto os custos registados com telefones, com deslocações, com estadias e representação e com estudos e consultas, e incluem-se no segundo conjunto os custos com correio, com água e energia e com as rendas associadas aos espaços ocupados por cada área de negócio, entre outros. A afetação deste último conjunto de custos é efetuada com base na aplicação de critérios previamente definidos, relacionados com o nível de atividade de cada área de negócio, tais como o número de contas de depósitos à ordem, o número de clientes ou de colaboradores, o volume de negócios e as áreas ocupadas.

Os fluxos financeiros gerados pelas áreas de negócio, designadamente as aplicações de fundos associadas aos depósitos captados e as tomadas de fundos relacionadas com a concessão de créditos, são processados a preços de mercado, tendo como contraparte a Tesouraria do Banco. Estes preços de mercado são determinados em função da moeda, do prazo da operação e dos respetivos períodos de *repricing*. Por outro lado, todos os fluxos financeiros resultantes de afetação de capitais são valorizados com base na taxa média da Euribor a 6 meses para os períodos considerados.

A informação referente a 2011 encontra-se em base comparável com a informação de 2012, refletindo a estrutura organizativa atual das áreas de negócio do Grupo, referidas na Caracterização dos Segmentos anteriormente descrita, e contemplando o efeito da transferência de clientes e ainda a reafetação do custo de financiamento realizada no âmbito da racionalização da plataforma de negócio.

As contribuições líquidas de cada segmento não estão deduzidas, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores das contribuições líquidas apresentados refletem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 31 de março de 2012.

O Grupo atua no mercado Português e em mercados de afinidade que apresentam maiores perspetivas de crescimento. Deste modo, a informação por segmentos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Grécia, Moçambique, Angola, e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a atividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo ActivoBank e pelo Banco de Investimento Imobiliário. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia); o segmento Grécia corresponde à atividade do Millennium Bank (Grécia), o segmento Moçambique equivale à atividade do BIM - Banco Internacional de Moçambique (Moçambique) e o segmento Angola inclui a atividade do Banco Millennium Angola (Angola). O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as atividades desenvolvidas em outros países, tais como pelo Banque Privée BCP na Suíça, pela Banca Millennium na Roménia e pelo Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Em 31 de março de 2012 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como segue:

	Banca de Retalho			Banca de Empresas			Private Banking e Asset Management	Outros	Consolidado
	Retalho em Portugal	Negócios no Exterior	Total	Empresas em Portugal	Banca de Investimento em Portugal	Total			
Demonstração de Resultados									
Juros e proveitos equiparados	252.219	334.335	586.554	131.685	199.581	331.266	43.674	51.153	1.012.647
Juros e custos equiparados	(184.776)	(203.058)	(387.834)	(68.105)	(125.678)	(193.783)	(33.983)	(79.570)	(695.170)
Margem financeira	67.443	131.277	198.720	63.580	73.903	137.483	9.691	(28.417)	317.477
Comissões e outros proveitos	106.014	73.809	179.823	25.698	65.774	91.472	14.049	(41.542)	243.802
Comissões e outros custos	(3.890)	(22.502)	(26.392)	(708)	(2.804)	(3.512)	(4.058)	(46.030)	(79.992)
Comissões e outros proveitos líquidos	102.124	51.307	153.431	24.990	62.970	87.960	9.991	(87.572)	163.810
Resultados em operações financeiras	(4)	43.981	43.977	-	(13.160)	(13.160)	253	160.266	191.336
Custos com pessoal e FSTs	153.781	128.743	282.524	21.461	19.375	40.836	12.682	11.858	347.900
Amortizações	446	10.395	10.841	55	28	83	103	10.451	21.478
Custos operacionais	154.227	139.138	293.365	21.516	19.403	40.919	12.785	22.309	369.378
Imparidade e provisões	(28.779)	(35.240)	(64.019)	(68.698)	(54.944)	(123.642)	(2.606)	(26.281)	(216.548)
Resultados por equivalência patrimonial	-	747	747	-	(24)	(24)	-	12.128	12.851
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	(8.058)	(8.058)
Resultado antes de impostos	(13.443)	52.934	39.491	(1.644)	49.342	47.698	4.544	(243)	91.490
Impostos	3.824	(10.794)	(6.970)	488	(14.309)	(13.821)	(1.660)	(9.739)	(32.190)
Interesses que não controlam	-	(19.665)	(19.665)	-	-	-	-	1.124	(18.541)
Resultado do período	(9.619)	22.475	12.856	(1.156)	35.033	33.877	2.884	(8.858)	40.759
Rédito intersegmentos	9.283	-	9.283	(1.553)	(6.513)	(8.066)	(1.217)	-	-
Balanço									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.069.422	2.532.291	4.601.713	1.253.309	7.873.192	9.126.501	3.396.253	(11.744.166)	5.380.301
Crédito a clientes	27.758.294	15.983.018	43.741.312	10.503.220	13.530.300	24.033.520	1.636.335	(1.080.780)	68.330.387
Ativos financeiros	1.527	2.432.146	2.433.673	-	5.698.488	5.698.488	31.655	4.548.425	12.712.241
Outros ativos	114.540	674.850	789.390	12.643	284.491	297.134	24.667	4.494.528	5.605.719
Total do Ativo	29.943.783	21.622.305	51.566.088	11.769.172	27.386.471	39.155.643	5.088.910	(3.781.993)	92.028.648
Depósitos de instituições de crédito	5.217.967	4.573.508	9.791.475	4.905.152	10.392.142	15.297.294	2.165.838	(8.500.336)	18.754.271
Depósitos de clientes	20.199.545	14.580.696	34.780.241	1.955.271	7.282.041	9.237.312	2.694.157	2.814.578	49.526.288
Títulos de dívida emitidos	3.348.146	340.614	3.688.760	3.646.739	7.225.316	10.872.055	-	-	14.560.815
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	333.053	188.689	521.742	362.755	718.729	1.081.484	30.230	(51.909)	1.581.547
Outros passivos financeiros	6.095	375.762	381.857	6.194	19.540	25.734	1.350	1.127.199	1.536.140
Outros passivos	(159.398)	232.120	72.722	(121.510)	(78.495)	(200.005)	(23.770)	1.660.782	1.509.729
Total do Passivo	28.945.408	20.291.389	49.236.797	10.754.601	25.559.273	36.313.874	4.867.805	(2.949.686)	87.468.790
Capital e Interesses que não controlam	998.375	1.330.916	2.329.291	1.014.571	1.827.198	2.841.769	221.105	(832.307)	4.559.858
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	29.943.783	21.622.305	51.566.088	11.769.172	27.386.471	39.155.643	5.088.910	(3.781.993)	92.028.648

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Em 31 de março de 2011 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como segue:

	Banca de Retalho			Banca de Empresas			Private Banking e Asset Management	Outros	Consolidado
	Retalho em Portugal	Negócios no Exterior	Total	Empresas em Portugal	Banca de Investimento em Portugal	Total			
Demonstração de Resultados									
Juros e proveitos equiparados	252.255	290.388	542.643	113.982	140.264	254.246	31.997	117.988	946.874
Juros e custos equiparados	(198.098)	(157.249)	(355.347)	(58.837)	(78.612)	(137.449)	(24.355)	(28.159)	(545.310)
Margem financeira	54.157	133.139	187.296	55.145	61.652	116.797	7.642	89.829	401.564
Comissões e outros proveitos	113.112	73.482	186.594	23.684	42.797	66.481	16.918	6.361	276.354
Comissões e outros custos	(4.705)	(18.223)	(22.928)	(326)	(837)	(1.163)	(4.705)	(28.677)	(57.473)
Comissões e outros proveitos líquidos	108.407	55.259	163.666	23.358	41.960	65.318	12.213	(22.316)	218.881
Resultados em operações financeiras	(43)	22.499	22.456	-	8.143	8.143	95	(4.215)	26.479
Custos com pessoal e FSTs	158.974	125.983	284.957	15.899	17.864	33.763	12.641	(17.333)	314.028
Amortizações	474	12.007	12.481	23	27	50	78	12.219	24.828
Custos operacionais	159.448	137.990	297.438	15.922	17.891	33.813	12.719	(5.114)	338.856
Imparidade e provisões	(39.659)	(30.786)	(70.445)	(48.531)	(44.738)	(93.269)	962	(35.173)	(197.925)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	(19)	(19)	-	16.749	16.730
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	(3.234)	(3.234)
Resultado antes de impostos	(36.586)	42.121	5.535	14.050	49.107	63.157	8.193	46.754	123.639
Impostos	10.526	(8.900)	1.626	(4.061)	(14.242)	(18.303)	(3.333)	5.248	(14.762)
Interesses que não controlam	-	(18.311)	(18.311)	-	-	-	-	(467)	(18.778)
Resultado do período	(26.060)	14.910	(11.150)	9.989	34.865	44.854	4.860	51.535	90.099
Rédito intersegmentos	17.488	-	17.488	10.198	(27.689)	(17.491)	(27.689)	-	(27.692)
Balanço									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.273.177	2.852.625	6.125.802	2.561.089	6.072.100	8.633.189	3.886.026	(14.901.398)	3.743.619
Crédito a clientes	30.917.914	15.498.360	46.416.274	11.539.248	13.628.289	25.167.537	2.211.337	(1.105.475)	72.689.673
Ativos financeiros	1.149	2.349.637	2.350.786	-	3.426.363	3.426.363	29.991	8.224.974	14.032.114
Outros ativos	590.220	507.659	1.097.879	34.133	153.212	187.345	30.231	3.395.894	4.711.349
Total do Ativo	34.782.460	21.208.281	55.990.741	14.134.470	23.279.964	37.414.434	6.157.585	(4.386.005)	95.176.755
Depósitos de instituições de crédito	5.006.264	4.623.440	9.629.704	3.889.979	6.928.678	10.818.657	3.159.095	(4.198.725)	19.408.731
Depósitos de clientes	19.096.992	13.611.293	32.708.285	2.151.058	8.154.463	10.305.521	2.697.458	(844.339)	44.866.925
Títulos de dívida emitidos	7.057.888	804.339	7.862.227	5.500.079	4.822.679	10.322.758	-	(1.086.475)	17.098.510
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.970.671	229.531	2.200.202	1.535.707	1.346.566	2.882.273	28.276	(162.285)	4.948.466
Outros passivos financeiros	63.367	276.572	339.939	45.118	76.608	121.726	11.354	1.111.617	1.584.636
Outros passivos	199.155	400.443	599.598	24.160	160.238	184.398	12.668	886.935	1.683.599
Total do Passivo	33.394.337	19.945.618	53.339.955	13.146.101	21.489.232	34.635.333	5.908.851	(4.293.272)	89.590.867
Capital e Interesses que não controlam	1.388.123	1.262.663	2.650.786	988.369	1.790.732	2.779.101	248.734	(92.733)	5.585.888
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	34.782.460	21.208.281	55.990.741	14.134.470	23.279.964	37.414.434	6.157.585	(4.386.005)	95.176.755

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Em 31 de março de 2012 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos, é apresentada como segue:

	Portugal						Polónia	Grécia	Angola	Moçambique	Outros	Consolidado
	Retalho	Empresas	<i>Private Banking e Asset Management</i>	<i>Corporate e Banca de Investimento</i>	Outros	Total						
Demonstração de Resultados												
Juros e proveitos equiparados	252.219	131.685	28.316	199.581	51.153	662.954	182.532	61.398	24.878	57.361	23.524	1.012.647
Juros e custos equiparados	(184.776)	(68.105)	(20.142)	(125.678)	(79.570)	(478.271)	(115.044)	(54.751)	(8.070)	(19.689)	(19.345)	(695.170)
Margem financeira	67.443	63.580	8.174	73.903	(28.417)	184.683	67.488	6.647	16.808	37.672	4.179	317.477
Comissões e outros proveitos	106.014	25.698	8.748	65.774	(41.542)	164.692	40.509	7.369	6.004	18.394	6.834	243.802
Comissões e outros custos	(3.890)	(708)	(2.417)	(2.804)	(46.030)	(55.849)	(10.036)	(3.957)	(675)	(7.415)	(2.060)	(79.992)
Comissões e outros proveitos líquidos	102.124	24.990	6.331	62.970	(87.572)	108.843	30.473	3.412	5.329	10.979	4.774	163.810
Resultados em operações financeiras	(4)	-	-	(13.160)	160.266	147.102	7.359	21.633	6.990	6.911	1.341	191.336
Custos com pessoal e FSTs	153.781	21.461	7.267	19.375	11.858	213.742	63.411	21.337	14.877	20.917	13.616	347.900
Amortizações	446	55	-	28	10.451	10.980	3.366	1.975	2.197	2.106	854	21.478
Custos operacionais	154.227	21.516	7.267	19.403	22.309	224.722	66.777	23.312	17.074	23.023	14.470	369.378
Imparidade e provisões	(28.779)	(68.698)	(2.199)	(54.944)	(26.281)	(180.901)	(9.038)	(18.454)	(2.347)	(5.202)	(606)	(216.548)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	(24)	12.128	12.104	747	-	-	-	-	12.851
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	-	-	-	(8.058)	(8.058)	-	-	-	-	-	(8.058)
Resultado antes de impostos	(13.443)	(1.644)	5.039	49.342	(243)	39.051	30.252	(10.074)	9.706	27.337	(4.782)	91.490
Impostos	3.824	488	(1.436)	(14.309)	(9.739)	(21.172)	(6.594)	1.218	(1.164)	(4.911)	433	(32.190)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	1.124	1.124	(8.160)	-	(4.038)	(7.467)	-	(18.541)
Resultado do período	(9.619)	(1.156)	3.603	35.033	(8.858)	19.003	15.498	(8.856)	4.504	14.959	(4.349)	40.759
Rédito intersegmentos	9.283	(1.553)	(1.217)	(6.513)	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço												
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.069.422	1.253.309	616.822	7.873.192	(11.744.166)	68.579	916.605	823.280	368.626	336.091	2.867.120	5.380.301
Crédito a clientes	27.758.294	10.503.220	1.081.094	13.530.300	(1.080.780)	51.792.128	9.669.408	4.601.853	454.856	899.562	912.580	68.330.387
Ativos financeiros	1.527	-	1.649	5.698.488	4.548.425	10.250.089	1.438.157	204.231	370.415	331.409	117.940	12.712.241
Outros ativos	114.540	12.644	5.146	284.491	4.494.528	4.911.349	166.628	185.206	157.380	137.237	47.919	5.605.719
Total do Ativo	29.943.783	11.769.173	1.704.711	27.386.471	(3.781.993)	67.022.145	12.190.798	5.814.570	1.351.277	1.704.299	3.945.559	92.028.648
Depósitos de instituições de crédito	5.217.967	4.905.152	79.677	10.392.142	(8.500.336)	12.094.602	1.644.135	2.111.589	409.824	175.536	2.318.585	18.754.271
Depósitos de clientes	20.199.545	1.955.271	1.563.712	7.282.041	2.814.578	33.815.147	9.230.487	3.020.178	817.693	1.217.279	1.425.504	49.526.288
Títulos de dívida emitidos	3.348.146	3.646.739	-	7.225.316	-	14.220.201	172.567	140.357	-	27.690	-	14.560.815
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	333.053	362.755	-	718.729	(51.909)	1.362.628	76.486	111.410	-	-	31.023	1.581.547
Outros passivos financeiros	6.095	6.194	405	19.540	1.127.199	1.159.433	363.827	8.400	592	803	3.085	1.536.140
Outros passivos	(159.398)	(121.509)	(5.383)	(78.495)	1.660.782	1.295.997	70.827	(16.225)	26.205	151.475	(18.550)	1.509.729
Total do Passivo	28.945.408	10.754.602	1.638.411	25.559.273	(2.949.686)	63.948.008	11.558.329	5.375.709	1.254.314	1.572.783	3.759.647	87.468.790
Capital e Interesses que não controlam	998.375	1.014.571	66.300	1.827.198	(832.307)	3.074.137	632.469	438.861	96.963	131.516	185.912	4.559.858
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	29.943.783	11.769.173	1.704.711	27.386.471	(3.781.993)	67.022.145	12.190.798	5.814.570	1.351.277	1.704.299	3.945.559	92.028.648

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Em 31 de março de 2011 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como segue:

	Portugal						Polónia	Grécia	Angola	Moçambique	Outros	Consolidado
	Retalho	Empresas	<i>Private Banking e Asset Management</i>	<i>Corporate e Banca de Investimento</i>	Outros	Total						
Demonstração de Resultados												
Juros e proveitos equiparados	252.255	113.982	14.873	140.264	117.988	639.362	154.860	61.702	21.388	42.515	27.047	946.874
Juros e custos equiparados	(198.098)	(58.837)	(10.215)	(78.612)	(28.159)	(373.921)	(92.609)	(41.820)	(6.618)	(11.063)	(19.279)	(545.310)
Margem financeira	54.157	55.145	4.658	61.652	89.829	265.441	62.251	19.882	14.770	31.452	7.768	401.564
Comissões e outros proveitos	113.112	23.684	10.797	42.797	6.361	196.751	44.671	8.313	4.691	14.317	7.611	276.354
Comissões e outros custos	(4.705)	(326)	(3.367)	(837)	(28.677)	(37.912)	(8.079)	(3.586)	(553)	(5.428)	(1.915)	(57.473)
Comissões e outros proveitos líquidos	108.407	23.358	7.430	41.960	(22.316)	158.839	36.592	4.727	4.138	8.889	5.696	218.881
Resultados em operações financeiras	(43)	-	(4)	8.143	(4.215)	3.881	8.932	2.468	7.008	3.612	578	26.479
Custos com pessoal e FSTs	158.974	15.899	7.738	17.864	(17.333)	183.142	63.715	25.827	12.262	15.187	13.895	314.028
Amortizações	474	23	-	27	12.219	12.743	4.376	2.496	1.546	1.665	2.002	24.828
Custos operacionais	159.448	15.922	7.738	17.891	(5.114)	195.885	68.091	28.323	13.808	16.852	15.897	338.856
Imparidade e provisões	(39.659)	(48.531)	4.347	(44.738)	(35.173)	(163.754)	(9.433)	(12.722)	(3.277)	(2.258)	(6.481)	(197.925)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	(19)	16.749	16.730	-	-	-	-	-	16.730
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	-	-	-	(3.234)	(3.234)	-	-	-	-	-	(3.234)
Resultado antes de impostos	(36.586)	14.050	8.693	49.107	46.754	82.018	30.251	(13.968)	8.831	24.843	(8.336)	123.639
Impostos	10.526	(4.061)	(2.429)	(14.242)	5.248	(4.958)	(6.671)	2.681	(1.630)	(4.500)	316	(14.762)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	(467)	(467)	(8.133)	-	(3.404)	(6.774)	-	(18.778)
Resultado do período	(26.060)	9.989	6.264	34.865	51.535	76.593	15.447	(11.287)	3.797	13.569	(8.020)	90.099
Rédito intersegmentos	17.488	10.198	3	(27.689)	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço												
Caixa e aplicações em em instituições de crédito	3.273.177	2.561.089	444.030	6.072.100	(14.901.398)	(2.551.002)	789.079	1.485.332	232.553	258.348	3.529.309	3.743.619
Crédito a clientes	30.917.914	11.539.248	1.198.152	13.628.289	(1.105.475)	56.178.128	9.044.817	4.910.525	444.277	797.837	1.314.089	72.689.673
Ativos financeiros	1.149	-	1.593	3.426.363	8.224.974	11.654.079	1.434.463	364.966	271.533	147.574	159.499	14.032.114
Outros ativos	590.220	34.133	16.644	153.212	3.395.894	4.190.103	164.157	136.407	80.985	95.156	44.541	4.711.349
Total do Ativo	34.782.460	14.134.470	1.660.419	23.279.964	(4.386.005)	69.471.308	11.432.516	6.897.230	1.029.348	1.298.915	5.047.438	95.176.755
Depósitos de instituições de crédito	5.006.264	3.889.979	68.165	6.928.678	(4.198.725)	11.694.361	1.136.155	2.923.991	280.962	61.932	3.311.330	19.408.731
Depósitos de clientes	19.096.992	2.151.058	1.502.971	8.154.463	(844.339)	30.061.145	8.902.563	2.869.137	602.788	944.252	1.487.040	44.866.925
Títulos de dívida emitidos	7.057.888	5.500.079	-	4.822.679	(1.086.475)	16.294.171	259.688	520.944	-	23.707	-	17.098.510
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.970.671	1.535.707	-	1.346.566	(162.285)	4.690.659	132.540	96.375	1	-	28.891	4.948.466
Outros passivos financeiros	63.367	45.118	3.473	76.608	1.111.617	1.300.183	231.606	33.193	4.380	6.015	9.259	1.584.636
Outros passivos	199.155	24.160	9.721	160.238	886.935	1.280.209	177.384	41.403	45.265	131.253	8.085	1.683.599
Total do Passivo	33.394.337	13.146.101	1.584.330	21.489.232	(4.293.272)	65.320.728	10.839.936	6.485.043	933.396	1.167.159	4.844.605	89.590.867
Capital e Interesses que não controlam	1.388.123	988.369	76.089	1.790.732	(92.733)	4.150.580	592.580	412.187	95.952	131.756	202.833	5.585.888
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	34.782.460	14.134.470	1.660.419	23.279.964	(4.386.005)	69.471.308	11.432.516	6.897.230	1.029.348	1.298.915	5.047.438	95.176.755

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Reconciliação do resultado líquido dos segmentos relatáveis com o resultado líquido do Grupo

Descrição dos itens de reconciliação materialmente relevantes:

	mar 2012	mar 2011
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido (*)		
Retalho em Portugal	(9.619)	(26.060)
Empresas	(1.156)	9.989
<i>Corporate</i> e Banca de Investimento	35.033	34.865
<i>Private Banking</i> e <i>Asset Management</i>	3.603	6.264
Negócios no Exterior	41.421	31.817
	<u>69.282</u>	<u>56.875</u>
Impacto na margem financeira da alocação de capital (1)	1.430	2.681
	<u>67.852</u>	<u>54.194</u>
Valores não imputados aos segmentos		
Interesses que não controlam (2)	(18.541)	(18.778)
Custos operacionais (3)	(22.309)	(5.114)
Imparidade e outras provisões (4)	(26.281)	(35.173)
Resultados por equivalência patrimonial	12.851	16.763
Risco de crédito próprio	(19.369)	19.224
Mais-valia na recompra de emissões próprias (liability management)	95.575	38.481
Diferenças de câmbio em participações financeiras	(30.022)	7.560
Efeitos fiscais e outros (5)	(18.997)	12.942
	<u>(27.093)</u>	<u>35.905</u>
Total não imputado aos segmentos	<u>(27.093)</u>	<u>35.905</u>
Resultado líquido consolidado	<u>40.759</u>	<u>90.099</u>

(*) O resultado líquido não está deduzido, quando aplicável, dos interesses que não controlam.

(1) Representa o impacto na margem financeira decorrente da alocação de capital. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afetos através do processo de alocação de capital, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

(2) Corresponde, essencialmente, aos resultados atribuíveis a terceiros relacionados com as subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola.

(3) Inclui o diferencial dos custos resultantes do processo de alocação aos segmentos, nomeadamente os relacionados com as áreas corporativas e com projetos estratégicos.

(4) Inclui as provisões para imóveis em dação, contraordenações, contingências diversas e outras não alocados aos segmentos de negócio.

(5) Inclui o efeito fiscal associado aos impactos dos itens anteriormente discriminados, bem como o financiamento dos ativos não geradores de juros e das participações financeiras estratégicas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

50. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português

Em 31 de março de 2012 as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controle	% de particip. efetiva	% de particip. direta
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Oeiras	6.720.691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	100,0
Interfundos - Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliário	100,0	100,0	100,0
BII Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	100,0	—
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	217.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
BII Internacional, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
BII Finance Company	George Town	25.000	USD	Financeira	100,0	100,0	—
Banco ActivoBank, S.A.	Lisboa	41.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	—
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	4.500.000.000	MZN	Banca	66,7	66,7	—
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	3.809.398.820	AOA	Banca	52,7	52,7	52,7
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	1.213.116.777	PLN	Banca	65,5	65,5	65,5
Millennium TFI - Towarzystwo Funduszy Inwestycyjnych, S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	65,5	—
Millennium Dom Maklerski, S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	—
Millennium Leasing, Sp.z o.o.	Varsóvia	48.195.000	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	—
BBG Finance BV	Roterdão	18.000	EUR	Financeira	100,0	65,5	—
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	100,0	65,5	—
MB Finance AB	Estocolmo	500.000	SEK	Financeira	100,0	65,5	—
Millennium Service, Sp.z o.o.	Varsóvia	1.000.000	PLN	Serviços	100,0	65,5	—
Millennium Telecommunication, Sp.z o.o.	Varsóvia	100.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	—
BG Leasing, S.A.	Gdansk	1.000.000	PLN	Locação financeira	74,0	48,5	—
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	—
Millennium Bank, Societe Anonyme	Atenas	199.580.000	EUR	Banca	100,0	100,0	—

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controle	% de particip. efetiva	% de particip. direta
Millennium Fin Commerce of Vehicles, Vessels, Devices and Equipment, Societe Anonyme	Atenas	759.980	EUR	Financeira	100,0	100,0	–
Millennium Mutual Funds Management Company, Societe Anonyme	Atenas	1.176.000	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	–
Banca Millennium S.A.	Bucareste	303.195.000	RON	Banca	100,0	100,0	–
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
Bitalpart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Investment B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
ALO Investments B.V.	Amesterdão	18.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
bcp holdings (usa), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
MBCP REO I, LLC	Delaware	370.174	USD	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
MBCP REO II, LLC	Delaware	924.804	USD	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
Millennium bcp Bank & Trust	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Bank, Ltd.	George Town	246.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company	George Town	202.176.149	EUR	Financeira	100,0	15,3	–
Millennium BCP - Escritório de Representações e Serviços, Ltda.	São Paulo	36.520.000	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium BCP - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	50.004	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Gestão de imóveis	99,9	99,9	99,9
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	331.000	EUR	Serviços	91,5	92,2	73,5
Servitrust - Trust Management Services S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S.A.	Oeiras	1.750.000	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	100,0
QPR Investimentos, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Consultoria e serviços	100,0	100,0	100,0
Propaço- Sociedade Imobiliária De Paço D'Arcos, Lda	Oeiras	5.000	EUR	Promoção imobiliária	52,7	52,7	52,7

O Grupo consolida igualmente pelo método integral os seguintes fundos de investimento: Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária, Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Oceânico II, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Stone Capital, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Sand Capital, Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gestimo, M Inovação - Fundo de Capital de Risco BCP Capital e Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Intercapital, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de março de 2012

Em 31 de março de 2012 as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
Academia Millennium Atlântico	Luanda	47.500.000	AOA	Ensino	33,0	17,4	–
ACT-C-Indústria de Cortiças, S.A.	Sta.Maria Feira	17.923.625	EUR	Indústria extrativa	20,0	20,0	20,0
Baía de Luanda - Promoção, Montagem e Gestão de Negócios, S.A.	Luanda	19.200.000	USD	Serviços	10,0	10,0	–
Banque BCP, S.A.S.	Paris	76.104.114	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	Luxemburgo	13.750.000	EUR	Banca	19,9	19,9	–
Constellation, S.A.	Maputo	1.053.500.000	MZN	Imobiliária	20,0	12,0	–
Beira Nave	Maputo	2.849.640	MZN	Equipamentos eletrónicos	22,8	13,7	–
Luanda Waterfront Corporation	George Town	10.810.000	USD	Serviços	10,0	10,0	–
Lubuskie Fabryki Mebli, S.A.	Swiebodzin	13.400.050	PLN	Indústria de móveis	50,0	32,8	–
Nanium, S.A.	Vila do Conde	15.000.000	EUR	Equipamentos eletrónicos	41,1	41,1	41,1
Pomorskie Hurtowe Centrum Rolno - Spożywcze S.A.	Gdansk	21.357.000	PLN	Comércio por grosso	38,4	25,2	–
Quinta do Furão - Sociedade de Animação Turística e Agrícola de Santana, Lda	Funchal	1.870.492	EUR	Turismo	31,3	31,3	–
SIBS - Forward Payment Solutions, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços bancários	21,9	21,9	21,5
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturas de Transportes, S.A	Oeiras	50.000	EUR	Consultadoria	25,0	25,0	25,0
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de crédito	32,0	32,0	31,7
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	Lisboa	12.500.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	–

Em 31 de março de 2012 as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
S&P Reinsurance Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	100,0
SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	147.500.000	MZN	Seguros	89,9	60,0	–

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	Oeiras	1.000.002.375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	–
Médis - Companhia Portuguesa Seguros de Saúde, S.A.	Oeiras	12.000.000	EUR	Seguros do ramo saúde	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Oeiras	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Oeiras	12.500.000	EUR	Seguros de ramos reais	49,0	49,0	–
Pensõesgere, Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	Oeiras	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	–